



Plano de Atividades e Orçamento 2015

FUNDAÇÃO ALENTEJO

Cante Alentejano - Património Imaterial da Humanidade
Pormenor do lenço do Grupo Coral Cantares Regionais de Portel

Aprovado em Reunião do Conselho de Administração, em 17 de dezembro de 2014

(com parecer favorável do Conselho Fiscal, de 17 de dezembro de 2014 e do Conselho Geral, aprovado em reunião ordinária de 17 de dezembro de 2014)

Plano de Atividades e Orçamento



“Para conseguir grandes coisas, é necessário não apenas planejar, mas também acreditar; não apenas agir, mas também sonhar.”

Anatole France

“A estratégia de ontem foi o que nos possibilitou sobreviver até agora, mas uma nova estratégia deve ser criada se quisermos garantir nossa sobrevivência no futuro.”

ÍNDICE

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2015	
Nota Introdutória	6
I - Contextualização do Plano e Objetivos para 2015	11
1. Objetivos Estratégicos da Fundação Alentejo para 2015	12
II - Recursos Humanos	14
1. Caracterização	14
2. Formação Interna	19
III - Valências e Serviços da Fundação Alentejo	21
1. Formação Inicial de Jovens – EPRAL	21
1.1. Contexto	21
1.2. Formandos	22
1.3. Metas	26
1.4. Atividades Transversais	28
2. Formação de Adultos	31
2.1. Medida Vida Ativa – Emprego Qualificado	32
2.2. Candidatura a Formação Financiada	35
2.3. Outras Ações Comerciais	35
3. Colégio Fundação Alentejo	37
3.1. Creche	38
3.2. Jardim de Infância	38
3.3. 1º Ciclo do Ensino Básico	39
3.4. Outras Atividades	40
4. Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em Angola	41
4.1. Projeto MAPTSS – Formação em Hotelaria e Turismo	41
4.2. Projeto CEFOPROF/MINUC	43
4.3. Projeto INTELLECTUS	44
IV - Serviços Transversais	46
1. GAOVE - Gabinete de Apoio, Orientação Vocacional e Emprego	46
V - Outros Projetos	53
1. Projetos – Programas de Iniciativa Comunitária	53
1.1. EUROPEERGUID – RVC	53
1.2. Candidatura Erasmus +	54
VI - Orçamento	55

Nota Introdutória

O Plano de Atividades que agora se apresenta assume-se como um instrumento da orientação estratégica da Fundação Alentejo para o ano de 2015. Em traços gerais trata-se de um Plano de Atividades e Orçamento que reforça o trabalho que tem vindo a ser realizado ao longo dos anos, nas suas diversas valências, adaptado e balizado pelo Orçamento e pelas condicionantes socioeconómicas que atualmente se fazem sentir. As linhas orientadoras do Plano de Atividades e Orçamento para 2015 terão em conta a natureza da instituição e a sua Missão abrangendo assim o trabalho a realizar nas diversas valências da Fundação Alentejo.

O ano de 2015 ficará certamente marcado pela consolidação da resposta Educação e Formação de Jovens celebrando o 25º Aniversário da EPRAL que assim se assume como a valência mais consolidada da Fundação Alentejo.

No que se refere ao Colégio Fundação Alentejo espera-se um reforço no número de utentes e alunos, em todas as suas valências, e pondera-se a abertura de uma turma do 2º Ciclo de Ensino Básico, cuja autorização de funcionamento foi concedida em 2014.

Por sua vez a valência de Formação de Adultos irá continuar a desenvolver a sua atividade com uma aposta no Projeto Vida Ativa em estreita cooperação com o IEFP e, sendo expectável a abertura de candidaturas ao Novo Quadro Comunitário 2014-2020, a Fundação Alentejo pondera a apresentação de candidatura(s) considerando as necessidades diagnosticadas para a região e as solicitações de cidadãos e de empresas e instituições.

O ano de 2014 ficará marcado pelo alargamento da sua intervenção ao território Angolano, com o início da Formação Profissional, sendo que em 2015 existirá um reforço das atividades de cooperação com este país fomentando assim a Cooperação para o Desenvolvimento.

Existem condicionantes externas, nomeadamente, o contexto socioeconómico que originam novos desafios e mudanças aos quais têm que ser dadas respostas e encontrar soluções que vão ao encontro dos objetivos e missão da Fundação Alentejo. Mas o dinamismo e a perseverança desta instituição têm permitido a consolidação do trabalho desenvolvido. Os desafios, constrangimentos, ou até mesmo dificuldades são encarados como novas oportunidades que têm necessariamente que ser aproveitados.

Fernanda Ramos

A Fundação Alentejo é um projeto de intervenção sociocultural que “*persegue fins de interesse social, de caráter educativo, cultural e de solidariedade, orientados para a valorização escolar e profissional dos cidadãos, para a promoção da igualdade de oportunidade e de género e para o desenvolvimento sustentável do território de intervenção, através da criação e manutenção de diferentes respostas sociais e educativas integradas nos diferentes ciclos do sistema educativo pré-universitário*” (artigo 4º dos estatutos) orientado para o desenvolvimento sustentável da região, assumindo como:

Missão

A Fundação Alentejo tem como Missão a prestação de serviços, que visam a excelência, à comunidade, promovendo a qualificação escolar e profissional e a cidadania ativa para alcançar uma sociedade de progresso, mais justa, esclarecida, que respeite os direitos e liberdades de cada cidadão, serviços esses que:

- . Concretizem projetos de caráter educativo, cultural e de solidariedade social, orientados para o desenvolvimento sustentável do(s) seu(s) território(s) de intervenção.
- . Assumam a natureza de projetos de cooperação para o desenvolvimento na área da educação e formação que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável.
- . Promovam a **melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, pela integração qualificada no mercado de trabalho e na sociedade do conhecimento** e pelo exercício responsável de uma cidadania esclarecida e participativa.

Visão

- . Contribuir para o bem-estar dos cidadãos, para a melhoria das suas condições de vida através de uma educação e formação de excelência, que os prepare enquanto cidadãos livres, conscientes, responsáveis e capacitados para participar ativamente numa sociedade globalizada e que os capacite para a sua inserção profissional e para o empreendedorismo, dotando-os de competências sociais, técnicas e profissionais que lhes permitam responder às exigências, desafios e oportunidades da nova Era do Conhecimento.
- . Complementarmente desenvolver ações que sensibilizem, consciencializem, formem e mobilizem os cidadãos para os valores dos direitos humanos, da justiça, da equidade, da solidariedade, da responsabilidade social, da igualdade de género e do sentimento de pertença a um só mundo.

Valores

As organizações de hoje devem reger-se por um conjunto de imperativos e valores sociais, éticos e ambientais, ao nível da sua atuação enquanto instituições, uma vez que irão, *a posteriori*, e numa relação de causa e efeito, provocar impactos na sociedade civil, e por sua vez, irão ser reconhecidas, enquanto instituições, através das suas práticas e condutas.

A **Fundação Alentejo** rege-se por padrões éticos de atuação que defendem o seu desempenho enquanto instituição, onde imperam a **honestidade** e a **lealdade** na sua relação com todos os *stakeholders*, promovendo a **integridade** na defesa dos seus princípios, a **responsabilidade** dos próprios atos, o **respeito** pelos outros e a defesa de uma **cidadania ativa e participativa com respeito pelo ambiente**.

Rege-se, ainda, pelos valores da educação para o desenvolvimento enquanto “processo dinâmico interativo e participativo que visa a formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência”.

Os valores da Fundação Alentejo não são somente um conjunto de regras e princípios, são, acima de tudo uma partilha e aceitação de valores que devem a todo o momento ser Sentidos por todos os colaboradores e, assim, tornarem-se **parte integrante da cultura da instituição**. A partilha de valores comuns reforça os aspetos identitários de uma instituição o que origina um reforço da cultura organizacional. Uma forte cultura organizacional, com valores claros, objetivos e sentidos por todos os colaboradores, consolida a afirmação da instituição na sociedade e na forma como esta a reconhece.

Análise SWOC da Fundação Alentejo

A elaboração do Plano de Atividades e Orçamento implica efetuar uma análise organizacional da instituição para definição da estratégia de atuação, assim, é de todo pertinente a sua esquematização em **Análise SWOC**, para auxiliar à elaboração do diagnóstico organizacional, identificar as suas linhas de atuação, encontrar as suas forças, fragilidades, oportunidades e constrangimentos à prossecução das suas atividades.

Existem fatores que determinam a análise estratégica de uma organização e que influenciam o desenvolvimento das suas atividades. Assim como fatores condicionantes de análise existem aqueles que são internos à própria instituição e externos que englobam todo o contexto onde esta se insere.

Como fatores internos podemos considerar a existência de **Forças e Fragilidades** da instituição que condicionam a sua atuação.

Forças

- Capital humano estável e altamente capacitado e qualificado;
- Elevada qualidade das instalações e equipamentos;
- Entidade formadora certificada, junto da DGERT e com Autorizações de Funcionamento do MEC;
- Posição de liderança no Ensino Profissional na região, e de referência no país;
- Reconhecimento público da instituição, no plano regional, nacional e internacional;
- Capacidade permanente de adequação da Oferta Formativa às necessidades do mercado de trabalho;
- Boas Práticas no desenvolvimento de Formação Prática em Contexto Real de Trabalho;
- Forte rede de cooperação com as instituições/empresas da região;
- Experiência consolidada na implementação de projetos educativos;
- Investimento na formação dos colaboradores;
- Elevados níveis de eficácia interna (resultados escolares) e de eficácia externa (empregabilidade);
- Experiência na Cooperação com o Universo da Lusofonia (no acolhimento de formandos/bolseiros) e partilha de *Know How* com organizações similares no Universo da Lusofonia;
- Intervenção em diferentes níveis do sistema educativo e formativo do pré-escolar à formação contínua;
- Cooperação e desenvolvimento conjunto de Projetos com instituições de educação e formação da União Europeia;
- Vocação e prática na Coopera o para o Desenvolvimento sustentada em Projetos de Forma o Profissional e curso, designadamente em Angola.

Fragilidades

- Contingências decorrentes das modalidades e faseamento de pagamentos dos financiamentos públicos inerente ao tipo de serviço público que presta;
- Divulga o reduzida das atividades da institui o noutras regiões do país;
- Fraca rece o de alunos de outras regiões;
- Processo ainda não concluído de integra o na Oferta Formativa de todos os níveis de ensino pr -universitário;
- Dificuldade em divulgar as ofertas formativas junto de outros operadores de educa o;
- Necessidade anual de angaria o de alunos externos   institui o oriundos de outras escolas da rede;
- No âmbito das certifica es que a entidade possui, ausência de certifica o da qualidade ao abrigo das normas ISO.

No que se refere aos fatores externos podemos considerar a existência de **Oportunidades e Constrangimentos** da instituição que condicionam o desenvolvimento das suas atividades e a consecução dos seus objetivos.

Oportunidades

- Existência de Parcerias e Protocolos com as mais diversas entidades institucionais e empresariais, em Portugal, na Europa e na Lusofonia;
- Reconhecimento público da ética, transparência institucional e *know how* da instituição;
- Valorização pública das qualificações intermédias;
- Metas e Objetivos do Plano de Desenvolvimento Regional Alentejo 2020;
- Recetividade das empresas no que se refere à integração dos alunos em FCT;
- Interesse das famílias por uma escola segura, com resultados de sucesso e com disponibilidade de serviços de apoio educativo;
- Alargamento, em curso, a todos os níveis de ensino pré-universitário;
- Alargamento a novas respostas formativas no âmbito da *Long Life Learning*;
- Políticas educativas do governo no alargamento da educação e da formação contínua;
- Aumento da escolaridade mínima obrigatória até ao 12.º ano;
- Enquadramento legislativo favorável à formação contínua;
- Recetividade a novos projetos de cooperação, na área da educação e formação, nos países de língua oficial portuguesa, designadamente em Angola;
- Desenvolvimento de programas transnacionais, no quadro da União Europeia.

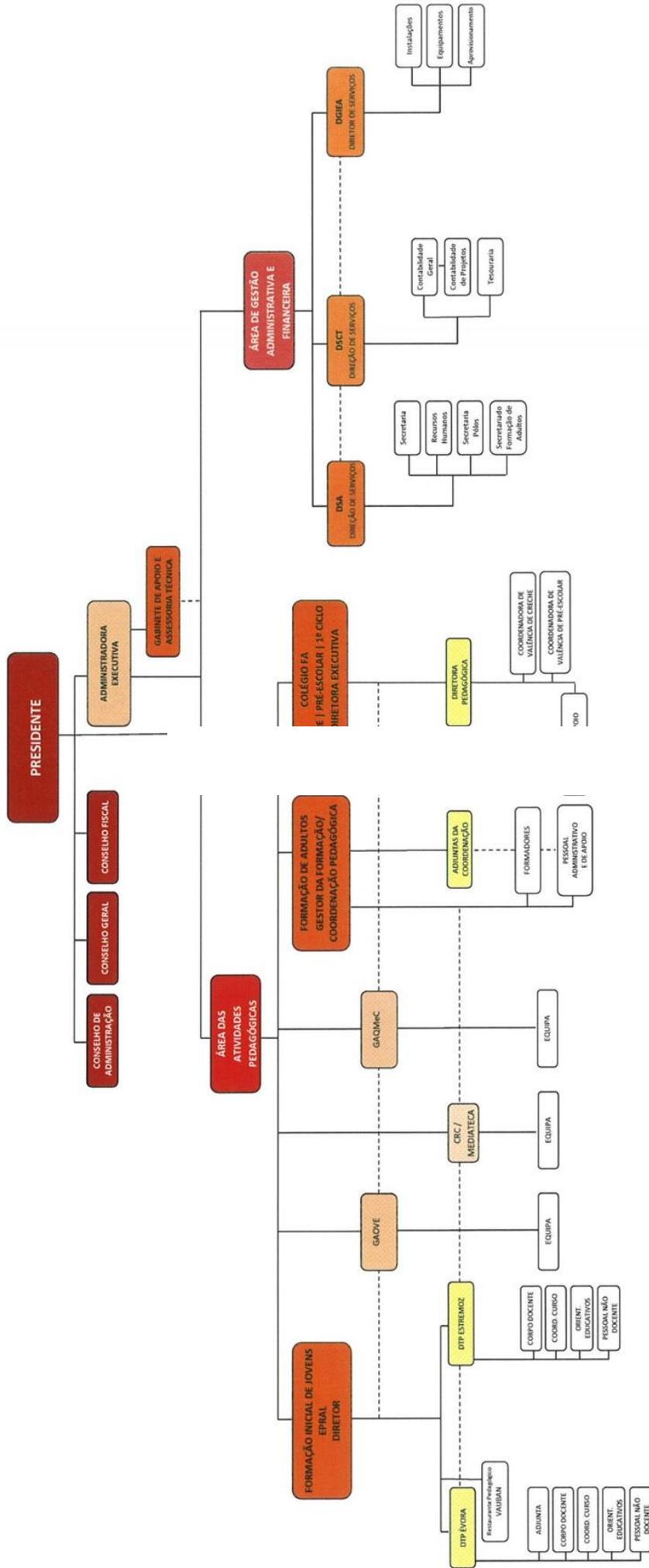
Constrangimentos

- Contexto socioeconómico global marcado pela retração de investimento públicos e de ajustamentos em baixa do investimento das empresas;
- Continuação de uma oferta de Ensino Profissional na rede de escolas estatais;
- Fatores sociodemográficos (diminuição do n.º de jovens em idade escolar);
- Reduzida cultura de cooperação entre as escolas;
- Permanência de alguma conotação socialmente penalizadora associada à opção pelos cursos de qualificação intermédia pela sociedade;
- Constrangimentos socioeconómicos da Região Alentejo;
- Quadro de indefinição quanto às políticas educativas e formativas no novo quadro de programação;
- Complexidade burocrática e morosidade na tomada de decisão em projetos de cooperação;
- Debilidade do tecido empresarial da região;
- Impacto da crise no contexto socioeconómico das famílias portuguesas e alentejanas.



FUNDAÇÃO ALENTEJO

ORGANOGRAMA DA FUNDAÇÃO ALENTEJO



EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo
 DTP – Direção Técnico-Pedagógica
 GAOVC – Gabinete de Apoio, Orientação Vocacional e Emprego
 CRC – Centro de Recursos em Conhecimento
 GAOVC – Gabinete de Avaliação da Qualidade de Melhoria Contínua

Colégio FA – Colégio Fundação Alentejo
 DSA – Direção de Serviços Administrativos
 DCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria
 DGIEA – Direção de Gestão de Instalações, Equipamentos e Aproveitamento

I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO E OBJETIVOS PARA 2015

A Fundação Alentejo, à semelhança de outras entidades do 3º sector, designadamente de I fundacional, assumem uma lógica de prestação de serviço (ao) público, no campo da educação... formação profissional, serviço esse assente numa lógica de forte contextualização e proximidade das respostas disponibilizadas, completando e enriquecendo a rede de ofertas educativas e formativas de base que são asseguradas pela rede estatal de escolas e de centros de formação.

Substituem-se ao Estado nuns territórios, noutros complementam a sua ação e introduzem no sistema componentes fortemente inovadoras, no plano organizacional e pedagógico e, principalmente, no campo das articulações estruturadas e mutuamente enriquecedoras com o meio envolvente, designadamente com o tecidos empresarial e institucional dos territórios que servem e que as justificam.

São, na sua generalidade, plataforma de aproximação e de diálogo regular entre o universo da “Escola” e o mundo da “Empresa” e instituições da região, com um grande potencial de mobilização de recursos e vontades existentes no seu entorno, como contrapartida dos serviços socialmente relevantes que prestam à sociedade e aos cidadãos. São, assim, entidades que contribuem de forma muito positiva e consequente para a realização dos princípios constitucionais do direito à educação e à formação para todos, ao mesmo tempo que se encontram na primeira linha da renovação do nosso mercado de trabalho, pela formação e qualificação de quadros intermédios determinantes no processo de modernização da nossa base económica e de aumento da competitividade das nossas empresas.

A sua natureza de entidades sem fins lucrativos, fortemente comprometidas com o desenvolvimento económico e social dos territórios em que atuam e, ainda, o facto de serem animadas por ímpeto de intervenção filantrópica e promotora de novos patamares de coesão social e da qualidade de vida dos cidadãos, conferem-lhe um traço distintivo e único que não pode deixar de ser referenciado.

Sendo valores solidários aqueles que estão na base da sua constituição e que animam a sua intervenção elas não ficam, contudo, eximidas da procura sistemática da sua sustentabilidade, através da definição de estratégias e modos de intervenção que possibilitem a viabilidade económica da sua intervenção, em consonância com a sua natureza e o seu objeto, com vista ao cumprimento da sua Missão.

A lógica subjacente à nossa intervenção, consolidada ao longo dos anos de atividade da nossa instituição, determinou que nos fossemos aproximando desse outro espaço de pertença que é a Lusofonia, realidade essa, a da cooperação para o desenvolvimento, que acabou por ser naturalmente acomodada no nosso Objeto e Missão. Inicialmente fizemo-lo acolhendo formandos desses países, contribuindo para o esforço de cooperação para o desenvolvimento que é assumido por Portugal no quadro da CPLP e, mais recentemente e no futuro próximo, fá-lo-emos colocando ao serviço dos mesmos, designadamente de Angola, país em que o processo tem evoluído mais rapidamente, todo o potencial que a nossa instituição comporta, quer no campo dos recursos humanos, quer no plano das sua competências enquanto entidade de educação e formação profissional de referência.

1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA FUNDAÇÃO ALENTEJO PARA 2015

O Plano de Atividades e Orçamento da Fundação Alentejo para 2015 é pois reflexo do contexto acima referido concretiza uma orientação estratégica de intervenção ajustada aos tempos atuais, marcados por grandes constrangimentos de natureza financeira e por muitas interrogações e alguma indefinição no que respeita às políticas públicas de educação e formação, a todas elas e, em especial, no que respeita à Formação de Adultos.

A fase de transição entre períodos de programação no que respeita aos Quadros Comunitários de Apoio é, em si, um elemento perturbador da vida de todos os agentes que promovem, no terreno, as atividades que dão corpo às metas e objetivos traçados pelos decisores nacionais e concertados com a União Europeia, tendo como horizonte a estratégia Europa 2020, também ela em fase de forte reponderação e reavaliação no quadro da União Europeia.

Mesmo neste tempo de grandes contingências, considerando que a atividade que tem vindo a ser desenvolvida pelas diferentes valências da Fundação Alentejo constituem um contributo determinante e fortemente enriquecedor do território de intervenção, o Alentejo, da valorização dos seus recursos humanos e, em consequência, da sua competitividade global, a estratégia definida para 2015 visa reforçar as condições de sustentabilidade da instituição, através da racionalização dos seus recursos e da potenciação da sua capacidade instalada, através de:

- Reforço da resposta de Educação de crianças e jovens, no quadro do CFA – Colégio Fundação Alentejo, pela continuação do aumento sustentado de utentes nas valências existentes (creche, jardim-de-infância e 1º ciclo), num esforço de aproximação ao máximo de capacidade instalada/autorizada; pela ponderação da abertura da 1ª turma no 2º ciclo do Ensino Básico, cuja Autorização de Funcionamento já foi concedida e, pelo processo de submissão do pedido de Autorização do 3º Ciclo do Ensino Básico, no quadro deste Estabelecimento.
- Consolidação da resposta Educação e Formação de jovens, no quadro da EPRAL, com a manutenção do volume de turmas/formandos e ajustamento da nova oferta 2015/2018 às novas dinâmicas do mercado de emprego regional e aos desafios e horizontes definidos no Plano de Desenvolvimento Regional Alentejo 2020. Neste ajustamento será objeto de eventual redefinição o atual perfil do Pólo de Estremoz. Importará, igualmente, equacionar o novo quadro de formações qualificantes de nível secundário (designadamente os cursos vocacionais) e ponderar a diversificação das respostas do Estabelecimento de Ensino de Nível Secundário da Fundação Alentejo.
- Redimensionamento da Valência de Formação de Adultos, considerando as atividades inseridas no programa Vida Ativa, em cooperação com o IEFP e colocando as restantes respostas de

qualificação de adultos numa lógica de autossustentação, considerando a atual ausência de instrumentos financeiros nacionais e comunitários de suporte à sua implementação. A concretização deste objetivo será promovida sem prejuízo da sua reanálise perante a eventual abertura, ao longo de 2015, de nova fase de candidaturas a esta medida (formação de adultos). Nessa eventualidade que, cremos, se virá a verificar, a FA, pela capacidade instalada e pelas expectativas da comunidade regional face às suas respostas nesta valência, ponderará seriamente a submissão de candidatura(s) que se julgue(m) pertinente(s), considerando as necessidades diagnosticadas e as solicitações de cidadãos e de empresas e instituições. A esta valência também está cometida a implementação da formação interna de recursos humanos dos diferentes serviços e valências da Fundação, atividade que irá continuar ao longo de 2015.

- Reforço das atividades de cooperação com os países de língua oficial portuguesa, designadamente com Angola, dando continuidade ao trabalho/projeto de formação em Hotelaria e Turismo, em cooperação com parceiro local CONSULT, no âmbito das ofertas de formação de quadros do MAPTSS - Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, cuja implementação foi iniciada em Setembro último e que se projeta até finais de 2016. Dar, também, continuidade aos trabalhos com vista à implementação do projeto de recuperação e gestão da rede de centros de formação em Construção Civil, do Ministério da Construção, com o objetivo de concretização no 1º semestre de 2015 da 1ª das atividades que integram o projeto: Jornadas Pedagógicas e Formação Pedagógica de Formadores. Finalmente, aprofundar o Protocolo de Cooperação firmado com o Grupo Intellectus / Gregório Semedo, com vista à sua tradução em ações concretas de valorização dos recursos humanos, quer de quadro intermédios e superiores da administração pública, quer do sector empresarial o qual se encontra em fase de forte expansão e diversificação.

II – RECURSOS HUMANOS

1. CARACTERIZAÇÃO

Numa organização como a Fundação Alentejo, o potencial humano, as suas competências, qualificação, e empenhamento no projeto, é o recurso fundamental para o sucesso na concretização da sua ação. Os recursos humanos, em qualquer organização são o elemento estratégico mais relevante, ainda mais quando se trata de uma instituição como a nossa, cujo objeto é a valorização escolar e profissional dos cidadãos.

A Fundação continua a assumir o primado da estabilidade e da adequação dos recursos humanos, a par de uma efetiva racionalização na sua gestão, pelo que, estes recursos são, em grande parte e crescentemente, transversais a diferentes valências, em função das suas qualificações e aptidões.

Após a identificação de uma necessidade de contratação é desencadeado um processo de seleção criteriosa, a partir da base de dados (Bolsa de Candidaturas) que é mantida em permanente atualização.

Os princípios orientadores da política de recursos humanos da Fundação continuam a privilegiar a conformidade do seu perfil académico e profissional face às exigências e orientações legais aplicáveis e, ainda, à sua adequação ao projeto específico da Fundação.

Tendo a Fundação Alentejo como desígnio a valorização do potencial humano pela concretização de ações de educação/formação, as pessoas são um recurso estratégico fundamental na implementação e desenvolvimento do plano de atividades da instituição.

A principal abordagem à gestão de pessoas continua a privilegiar o primado da estabilidade e da sua adequação, com uma crescente racionalização, que se concretiza na transversalidade deste recurso a diferentes valências, em função das suas qualificações e aptidões.

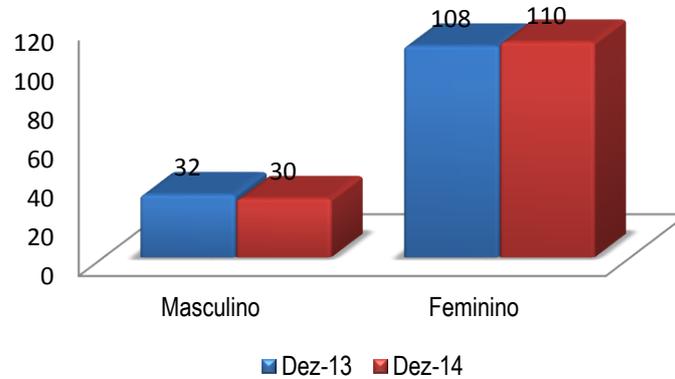
Os recursos humanos da Fundação Alentejo, conforme quadro abaixo, ascendem a 140 colaboradores, equivalente ao registado no ano transato, com um reforço da expressão dos colaboradores do sexo feminino (79%) no total das pessoas da instituição, o que vem de encontro à tendência natural verificada no sector da educação e formação na sociedade portuguesa atual.

Quadro 1 – Recursos Humanos por género

Ano	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Dez-13	32	108	140
Dez-14	30	110	140

Fonte: DSA – Dez. 2014

Gráfico 1 - Recursos Humanos por género



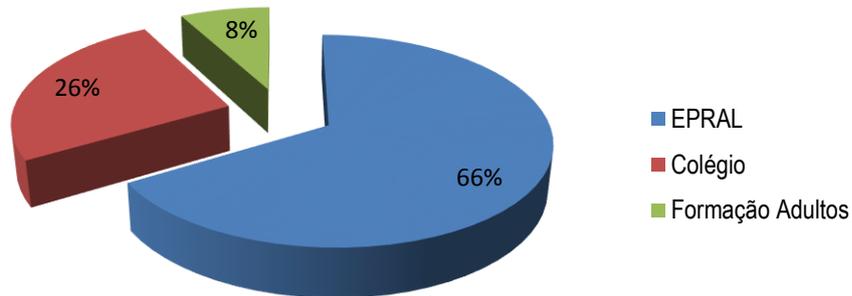
Fonte: DSA – Dez. 2014

Resultante do contexto económico-financeiro com que o país se depara e a que a Fundação Alentejo não é alheia, com os consequentes constrangimentos orçamentais, que conduziram à necessária racionalização de gestão das pessoas designadamente no âmbito da educação e formação de jovens (3.º ciclo e nível secundário/profissional) e da formação de adultos (formação contínua), apresentamos a afetação desses recursos separadamente, tendo por base o critério do tempo de serviço dedicado à valência EPRAL e Formação de Adultos, respetivamente.

O Colégio Fundação Alentejo pela natureza específica da sua atividade e da especificidade das qualificações dos seus recursos humanos, não é possível a mesma partilha destes recursos com as outras valências.

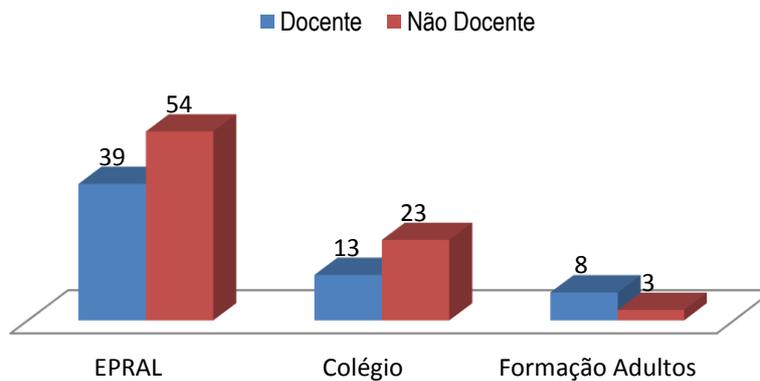
Do conjunto das respostas socioeducativas da Fundação, a valência EPRAL continua a ser a mais expressiva, com 66% dos recursos humanos da instituição. O Colégio assume um peso intermédio no conjunto das valências com 36 colaboradores, que representam 26% do total dos recursos humanos. A Formação de Adultos conta apenas com 8% dos recursos humanos da instituição. A Formação em Angola, não encontra aqui representatividade, dado que os colaboradores envolvidos nesta resposta formativa não o fazem em dedicação exclusiva ou maioritária.

Gráfico 2 - Recursos Humanos por Valência



Fonte: DSA – Dez. 2014

Gráfico 3 - Recursos Humanos por Valência



Fonte: DSA – Dez. 2014

A organização dos recursos humanos por categorias/funções coloca em evidência o peso do "Pessoal Docente" que ascende a 43%, sendo o grupo mais significativo da estrutura humana, o que aliás vem de encontro à natureza da Fundação enquanto instituição de educação-formação.

O grupo funcional com uma expressão também importante engloba os Auxiliares (de ação educativa e de limpeza e manutenção), com um peso de 24% no total da estrutura orgânica, justificável pela diversidade, duração diária, qualidade e exigências dos espaços formativos das várias respostas de educação-formação.

O terceiro grupo funcional, maioritariamente transversal a toda a instituição, às diversas valências, são os Administrativos e outros técnicos, com um peso que ascende a 21%.

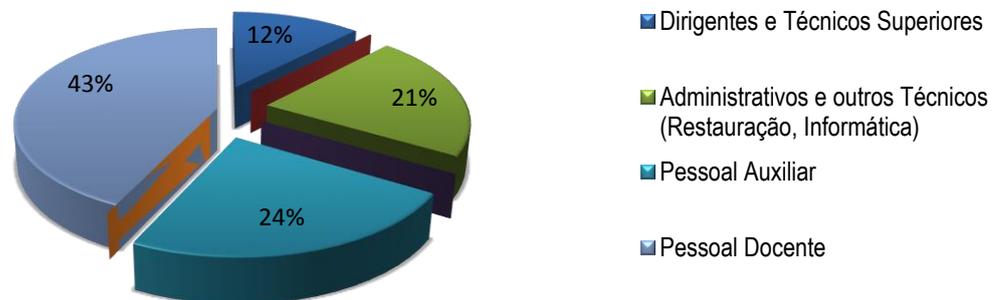
Os Dirigentes e Técnicos Superiores (não docentes) representam um peso de 12% na estrutura dos recursos humanos da Fundação.

Quadro 2 – Recursos Humanos por Categoria Função

CATEGORIAS e FUNÇÕES			Nº	%
Pessoal Não Docente	Dirigentes e Téc. Superiores	Dirigentes	5	12%
		Téc. Superiores	12	
	Administrativos e outros Técnicos	Administrativos	25	21%
		Outros Técnicos (restauração, informática)	5	
	Pessoal Auxiliar	Auxiliares p/ Ação Educativa	17	24%
Auxiliares Limpeza / Manutenção		16		
Pessoal Docente	EPRAL/Formação de Adultos/ CFA		60	43%
TOTAL			140	100%

Fonte: DSA – Dez. 2014

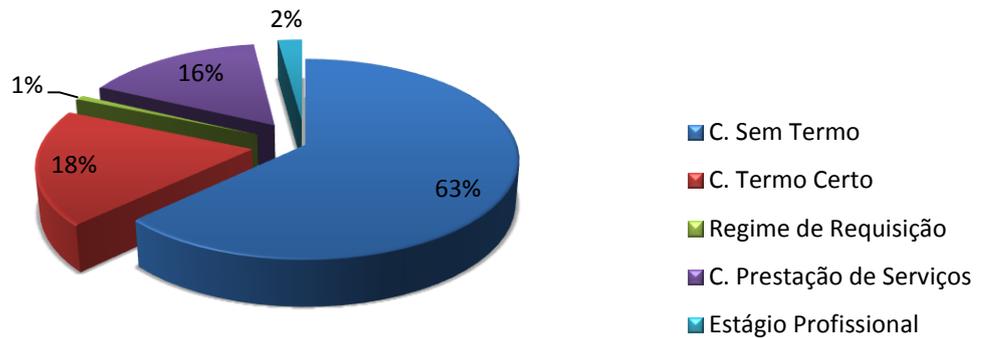
Gráfico 4 - Recursos Humanos por Categoria Função



Fonte: DSA – Dez. 2014

Atendendo à natureza do vínculo laboral, verifica-se que há uma estabilidade dos recursos humanos da instituição, o que espelha a abordagem implementada de gestão deste recurso. Esta abordagem tem o objetivo de promover a qualidade e o sucesso das respostas educativas-formativas da Fundação, mas coloca grandes desafios à gestão, face às presentes condicionantes financeiras e orçamentais.

Gráfico 5 - Recursos Humanos por Vínculo



Fonte: DSA – Dez. 2014

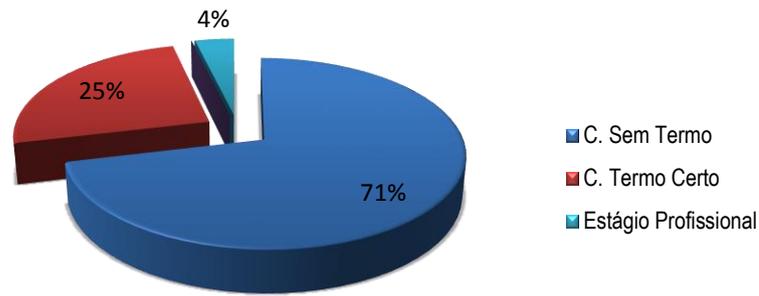
A estabilidade do vínculo contratual regista-se tanto em relação ao pessoal docente como ao pessoal não docente, sendo mais significativo nesta última categoria profissional, uma vez que, o pessoal docente é aferido anualmente em função das áreas de formação a executar (turmas candidatas e efetivamente constituídas).

Do total dos recursos humanos ao serviço da Fundação Alentejo, os contratados a termo representam 18%, sendo mais significativo o peso deste vínculo contratual na categoria profissional dos não docentes do que nos docentes, 25% e 10% respetivamente.

Como se pode observar, a Fundação acolhe ainda 16% de colaboradores externos, contratados em regime de prestação de serviços, sendo na sua totalidades formadores, que colaboram nas diversas valências, em áreas que pela sua especificidade não requerem uma afetação de recursos humanos a tempo integral.

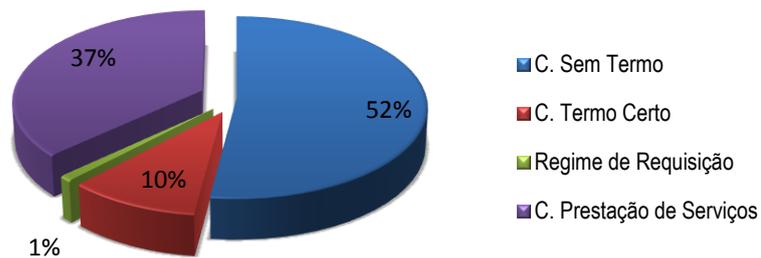
No presente, ao abrigo de instrumentos de apoio à contratação traduzidos nos estágios profissionais, encontram-se 2% dos colaboradores, da categoria profissional dos não docentes.

Gráfico 6 - Recursos Humanos (não docentes) por Vínculo



Fonte: DSA – Dez. 2014

Gráfico 7 - Recursos Humanos (docentes) por Vínculo



Fonte: DSA – Dez. 2014

2. FORMAÇÃO INTERNA

A Fundação Alentejo continuará a apostar na formação contínua dos recursos humanos internos, quer pela sensibilização e autorização para frequência de diferentes ofertas externas relevantes para os respetivos desempenhos profissionais, quer pela organização e implementação da oferta interna, consolidada em Plano de Formação próprio.

Estas ofertas terão como destinatários a totalidade dos colaboradores – docentes e não docentes – como forma de potenciar a qualidade da sua intervenção profissional e cívica na entidade e, ainda, como resposta ao disposto no artº 131º da Lei 7/99, de 12 de Fevereiro (Código do Trabalho), o qual refere no seu nº 1 b) “...no âmbito da formação contínua, o empregador deve assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação..., mediante ações desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para a frequência de formação por iniciativa do trabalhador...” e no seu número 2, “... o trabalhador tem direito, em cada ano a número mínimo de 35 horas de formação contínua...”.

Neste contexto, considerando que a Fundação, reconhece a importância da qualificação e capacitação do capital humano como fundamental ao desenvolvimento e ao sucesso da instituição, a entidade propõe-se dinamizar, em 2015, algumas ações internas de formação contínua, do Catálogo Nacional de Qualificações, nas áreas de Enquadramento na Organização e na Empresa, Serviço de Apoio a Crianças e Jovens, Ciências Informáticas, Trabalho Social e de Orientação, Audio-visuais e produção dos *media* e Segurança e Higiene no Trabalho. Para o efeito será efetuado um Diagnóstico de Necessidades Formativas de forma a identificar as ações de formação a implementar.

Este projeto de formação permite à entidade qualificar os seus recursos humanos em áreas chave dos seus serviços em função de um princípio de qualidade de desempenho profissional.

Não obstante o referido anteriormente, as áreas de formação, assumem efetiva significância em todos os serviços e valências da Fundação Alentejo, e visam os seguintes objetivos últimos:

- Adaptação dos recursos humanos aos recursos tecnológicos existentes e a consequente maximização do uso das suas potencialidades;
- Desenvolvimento de competências para a criação de sinergias interequipas;
- Otimização dos mecanismos de interação e comunicação com o exterior;
- Desenvolvimento de competências e disseminação de atitudes positivas e comportamentos pró-ativos;

A Fundação Alentejo tem ainda prevista a submissão de uma candidatura para desenvolvimento de um Projeto de Formação Interna, ao novo Quadro Comunitário Portugal 2020.

Além das formações previstas, acima referidas, está ainda pensado o desenvolvimento de um percurso de formação profissional de 120 horas (organizado em 3 Módulos de 40 horas cada) destinadas a formadores da FA/EPRAL com o apoio da Universidade de Évora (Departamento de Pedagogia e Educação) / NUFOR:

- Conceção e produção de recursos educativos digitais
- Avaliação de produções digitais em contextos de aprendizagem
- Plataformas digitais de apoio à formação e aprendizagem.

III – VALÊNCIAS E SERVIÇOS DA FUNDAÇÃO ALENTEJO

1. FORMAÇÃO INICIAL DE JOVENS – EPRAL

1.1. Contexto

O Plano de Atividades da EPRAL enquadra-se no seu *Projeto Educativo* e apresenta as atividades formativas transversais mais relevantes, entendidas como fatores de enriquecimento do *plano de formação* (Cursos Profissionais N4-12º. Ano e Cursos Vocacionais do Ensino Básico, 3º. Ciclo), a desenvolver no ano letivo de 2014-2015.

A população estudantil da EPRAL caracteriza-se pela existência de 24 turmas de cursos profissionais e 4 turmas de cursos vocacionais distribuídas por diversas áreas de formação como se pode ver no quadro abaixo.

Quadro 3 – Turmas por áreas de formação dos cursos profissionais e vocacionais

Cursos Profissionais - Nível IV e Cursos Vocacionais	Évora			Estremoz			Totais/Turmas			
	Turmas			Turmas			1.º	2.º	3.º	T
novembro 2014	1.º	2.º	3.º	1.º	2.º	3.º	1.º	2.º	3.º	T
Audiovisuais e Produção dos Media	2	1	1			1	2	1	3	6
Marketing e Publicidade		1	1				0	1	1	2
Indústrias Alimentares		1	1				0	1	1	2
Ciências Informáticas		1					0	1	0	1
Construção Civil		1	1				0	1	1	2
Serviço Apoio Crianças e Jovens	1	1	1				1	1	1	3
Hotelaria e Restauração	3	2	2				3	2	2	7
Tecnologias da Saúde	1						1	0	0	1
Vocacionais	1	1		1	1		2	2	0	4
TOTAL										28

Fonte: DSA – Dez. 2014

Salientamos o facto de a Escola Profissional da Região Alentejo completar, na vigência do ano de 2015, o seu 25º. Aniversário. As *Bodas de Prata* da EPRAL devem *marcar*, no plano estratégico, as atividades formativas e o relacionamento com as comunidades externas e, no plano simbólico, a *paisagem educativa* das instalações escolares, durante todo o ano de 2015 e, de forma acentuada, o 1º. Trimestre do ano letivo de 2015-2016.

A consolidação do estatuto de organização de referência nacional e internacional, a inserção na comunidade regional, o aprofundamento da qualidade pedagógica e científica da formação e, como destacámos no ponto anterior, a assunção plena dos contextos reais de trabalho e do papel incontornável das empresas enquanto parceiros e fatores-chave na formação de competências profissionais, constituem, grosso modo, as linhas estratégicas de orientação da nossa atividade na prossecução da sua missão e na consolidação do estatuto de *agente de desenvolvimento*, no quadro da Fundação Alentejo.

1.2. Formandos

Como se pode verificar pela distribuição de formandos abaixo indicada tem existido ao longo dos últimos 17 anos um decréscimo do número de formandos, no entanto, no presente ano letivo, os dados contrariam a tendência dos últimos anos, tendo-se registado um aumento, ainda que ligeiro, do número de formandos da EPRAL.

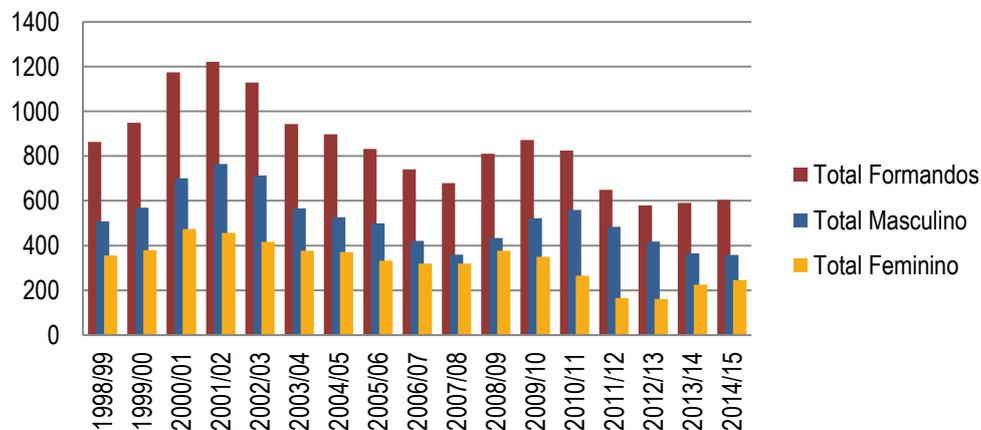
Quadro 4 – Formandos por ano letivo

EPRAL	Total Formandos	Total Masculino	Total Feminino
1998/99	863	508	355
1999/00	949	569	380
2000/01	1175	701	474
2001/02	1222	765	457
2002/03	1129	713	416
2003/04	943	567	376
2004/05	897	526	371
2005/06	832	500	332
2006/07	740	421	319
2007/08	679	360	319
2008/09	811	434	377
2009/10	872	522	350
2010/11	825	560	265
2011/12	649	483	166
2012/13	579	418	161
2013/14	590	365	225
2014/15	604	358	246

Fonte: DSA – Dez. 2014

Relativamente à sua distribuição por género constata-se que o número de formandos do género masculino tem sido, ao longo dos anos, superior ao do género feminino.

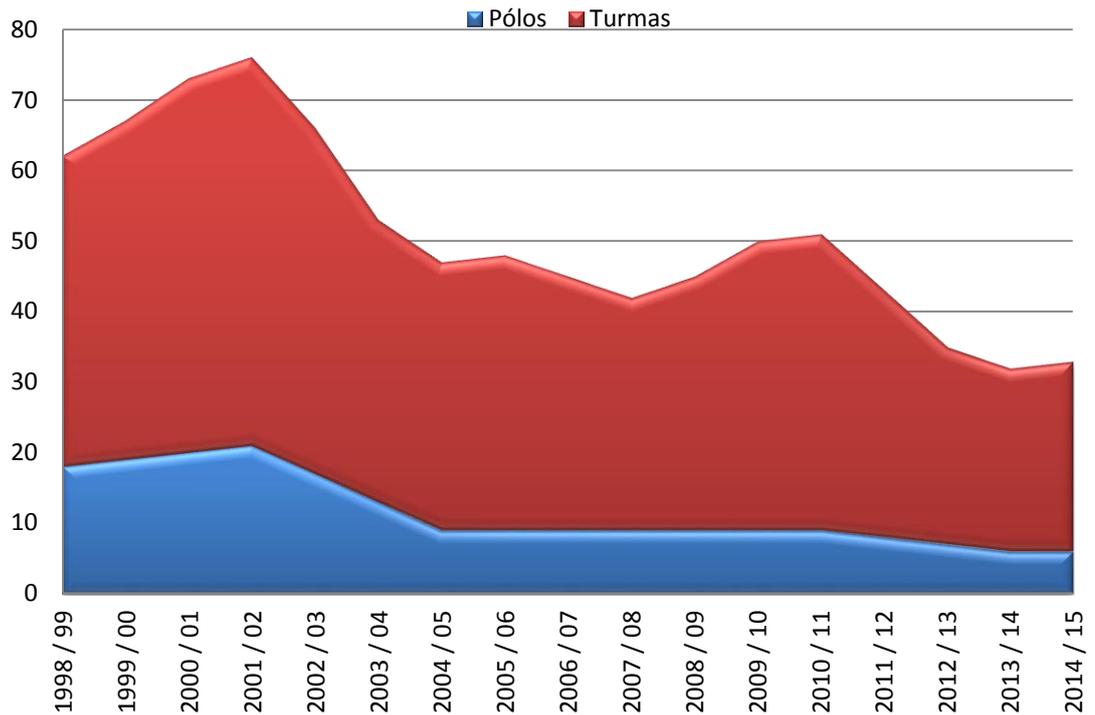
Gráfico 8 - Evolução dos formandos por ano letivo



Fonte: DSA – Dez. 2014

Como se pode constatar, a EPRAL tem vindo a reduzir gradualmente o número de Pólos, concentrando a sua atividade, no presente ano letivo, em Évora e em Estremoz, no entanto, verifica-se no gráfico abaixo, que existiu uma manutenção do número de turmas relativamente ao ano anterior.

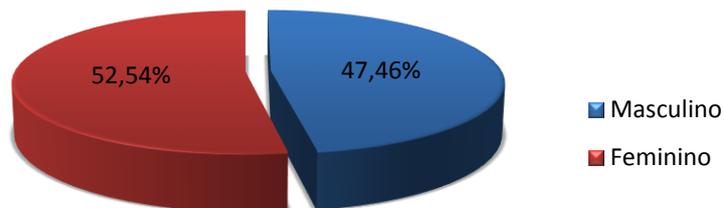
Gráfico 9 - Evolução do nº. de Polos e Turmas



Fonte: DSA – Dez. 2014

1.2.1. Formandos Cursos Profissionais

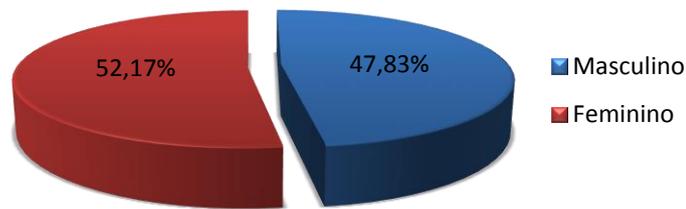
Gráfico 10 - Formandos por Género no 1.º Ano - 2014/2015 (Cursos Profissionais - Nível IV)



Fonte: DSA – Dez. 2014

A população escolar da EPRAL (Cursos Profissionais), por ano de inscrição, caracteriza-se por uma maior predominância de formandos do género feminino inscritos no 1º e no 2º ano correspondendo a 52,54% e 52,17% respetivamente.

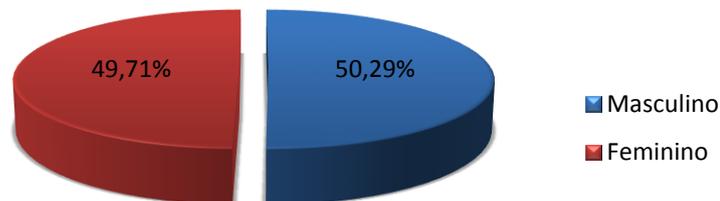
Gráfico 11 - Formandos por Género no 2.º Ano - 2014/2015 (Cursos Profissionais - Nível IV)



Fonte: DSA – Dez. 2014

No entanto, no que se refere aos inscritos no 3º ano, é de assinalar que existe 49,71% do género feminino e 50,29% do género masculino.

Gráfico 12 - Formandos por Género no 3.º Ano - 2014/2015 (Cursos Profissionais - Nível IV)

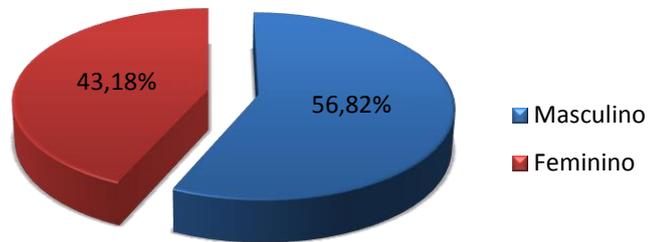


Fonte: DSA – Dez. 2014

1.2.2. Formandos Cursos Vocacionais

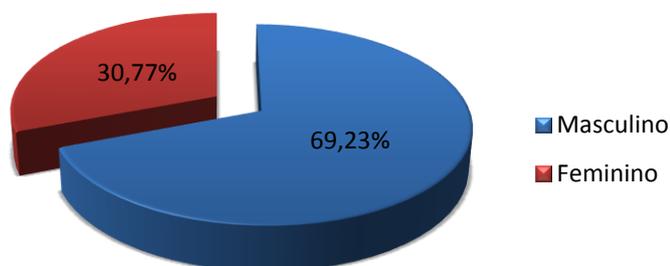
Como se pode constatar nos gráficos 13 e 14 podemos verificar que a população escolar dos cursos vocacionais, por ano de inscrição, caracteriza-se por uma maior predominância de formandos do género masculino com 56,82 % e 69,23%.

Gráfico 13 - Formandos por Género - 1.º Ano - 2014/2015 (Cursos Vocacionais - Nível II - 3.º Ciclo do Ensino Básico)



Fonte: DSA – Dez. 2014

Gráfico 14 - Formandos por Género - 2.º Ano - 2014/2015 (Cursos Vocacionais - Nível II - 3.º Ciclo do Ensino Básico)



Fonte: DSA – Dez. 2014

1.3. Metas

Para o ano de 2015 são estabelecidas *metas qualitativas*, dirigidas à certificação da qualidade global da organização escolar e *metas quantitativas*, definindo objetivos institucionais em matéria de resultados e de organização física da formação, dando ênfase às atividades de formação em contexto real de trabalho. Em todo o caso, prevendo níveis de proficiência que se pretendem mobilizadores de toda a comunidade escolar.

1.3.1. Qualitativas

(contributos para a *certificação da qualidade organizacional*)

- Consolidação do estatuto de *organização de formação escolar e profissional de referência* no quadro mais global do sistema de educação-formação, regional, nacional e internacional, nomeadamente através do desenvolvimento de práticas de auto-avaliação.
- Consolidação da *visibilidade social da escola*, visando o reforço da sua *qualificação e legitimidade social*.
- Reforço dos laços institucionais entre a EPRAL e as empresas que cooperam regulamente no acolhimento de estagiários, através da celebração de protocolos de cooperação, com um horizonte-base de vigência trienal;
- Reforço das ações de monitorização do acolhimento, integração socioeducativa e acompanhamento psicopedagógico dos/as formandos/as, otimizando esforços conjugados entre o Gabinete de Orientação Vocacional e Emprego, a Direção Pedagógica e a rede interna de Orientação Educativa e Tutoria.
- Desenvolvimento do *sistema de supervisão pedagógica e de avaliação de desempenho profissional dos docentes* da EPRAL.
- Reforço da qualidade da formação e das aprendizagens, através de atividades de apoio educativo extra-curricular, em particular nas disciplinas de Português, Inglês e Matemática, dada a sua transversalidade destas disciplinas relativamente aos planos de estudos dos Cursos Profissionais. Neste âmbito será dada particular atenção aos jovens finalistas que pretendam prosseguir estudos de nível superior (politécnico e universitário).
- Desenvolvimento e consolidação do *sistema informático de apoio à monitorização do funcionamento e gestão da EPRAL* (“E-schooling”).
- Implementação do *Guia para aplicação da língua portuguesa e das línguas estrangeiras em contexto de trabalho – Português/Inglês/Francês/Espanhol*, designadamente no âmbito dos Cursos Profissionais de Técnico de Restauração e de Técnico de Receção. Em síntese, trata-se de um instrumento de apoio ao desenvolvimento das aprendizagens linguísticas e atitudinais, em ambientes de hotelaria e turismo (orientado para o acolhimento e prestação de serviço ao cliente),

baseado essencialmente na aprendizagem de *fórmulas de cortesia* e de *expressões linguísticas-chave*, através de práticas reais, jogos de papéis e de dramatizações com registo audiovisual.

- Desenvolvimento da plataforma “MSFT365”, visando uma maior flexibilidade e eficiência na disponibilização e no acesso aos recursos didático-pedagógicos de apoio às aprendizagens.
- Aperfeiçoamento das competências e elevação das qualificações profissionais de formadores/as, em particular nos domínios da conceção, produção e avaliação de recursos educativos digitais.
- Aperfeiçoamento das competências e elevação das qualificações profissionais de colaboradores/as não-docentes, em particular no atendimento e apoio aos/às formandos/as e no acolhimento e encaminhamento de encarregados/as de educação, bem como na despistagem de casos-problema.
- Revisão dos instrumentos estruturantes da atividade de EPRAL (*Projeto Educativo e Regulamento Interno*), visando a sua modernização, a integração de aspetos normativos atualizados e o seu aperfeiçoamento face aos novos desafios e oportunidades que se perspetivam através do desenvolvimento das políticas públicas de educação e das *redes de educação-formação* que as operacionalizam, bem como das *dinâmicas de desenvolvimento regional*.

1.3.2. Quantitativas

(resultados escolares e objetivos institucionais)

A Fundação Alentejo e a EPRAL, enquanto instituições, assumem o *plano da excelência* como objetivo central da sua missão socioeducativa. O *plano da excelência* corresponde ao *estádio de sucesso absoluto* e, no longo prazo, traduz-se quantitativamente na meta de 100% para a generalidade dos objetivos associados às atividades de ensino-aprendizagem.

A definição de objetivos institucionais, no quadro do *Plano de Atividades*, considera o histórico das *taxas de sucesso*, bem como das *taxas de permanência-transição* entre anos escolares. O primeiro indicador está relacionado com o incentivo à conclusão de curso (bem como dos patamares intermédios, ou seja, transição de ano escolar com sucesso absoluto na avaliação das aprendizagens); o segundo relaciona-se com a prevenção e/ou redução do abandono escolar. Assim, tendo em conta os indicadores médios observados nos 24 anos de atividade da EPRAL e sem perder de vista o plano da excelência, propomos como objetivos institucionais mínimos globais, aliás, *metas quantitativas*:

- a) Conclusão de curso no encerramento do ciclo de formação 2012-2015, 85%
- b) Conclusão das aprendizagens na transição de ano escolar, 80%
- c) Permanência dos formandos na transição de ano escolar, 90%

As metas quantitativas que propomos constituem um incentivo ao incremento de práticas e de atitudes profissionais visando a *melhoria dos resultados escolares dos alunos, a permanência dos jovens em formação* e a conclusão, com sucesso, dos respetivos ciclos formativos.

- Introdução, no 1º. ano de formação e em todos os Cursos, de um período mínimo de 35 a 70 horas (até 2 semanas) de atividades de observação e aproximação progressiva aos contextos reais de trabalho, organizadas em *projeto* a partir das disciplinas da componente de formação técnica.
- Aumento do período de Estágios curriculares, atendendo à alteração matricial dos Cursos Profissionais instituída no quadro do Decreto-lei 91/2013, de 10 de julho, que permite estabelecer um máximo de 840 horas de formação em contexto real de trabalho, no ciclo formativo.
- Valorizar as experiências autónomas de formação em contexto real de trabalho, de iniciativa dos formandos, desde que realizadas em empresas/organizações previamente reconhecidas pela EPRAL.
- Ainda neste âmbito e quanto à dinâmica da oferta formativa da EPRAL, atendendo a que no ano letivo de 2014-2015 se encontram 8 turmas no 3º. ano de formação, consideramos que, para o triénio 2015-2018, este deve ser o nº. mínimo de turmas *referência-objetivo* para discussão no âmbito da rede escolar regional e elaboração da futura candidatura à abertura de novas turmas-novos cursos.

1.4. Atividades transversais a desenvolver ao longo do ano

1.4.1. CELEBRAÇÃO DO 25º. ANIVERSÁRIO DA ESCOLA PROFISSIONAL DA REGIÃO ALENTEJO (setembro a dezembro de 2015)

Proposta Atividade 1

EPRAL – UM PROJETO DE EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO PARA O SÉCULO XXI

Modernização do Projeto Educativo da EPRAL

Conceção e redação de um novo documento estruturante, para o desenvolvimento da EPRAL no século XXI

Equipa de trabalho:

- Presidente da Fundação Alentejo
- Direção da EPRAL
- Direção Pedagógica da EPRAL
- Representantes da comunidade escolar
- Parceiros Sociais
- Representantes de Serviços Públicos Regionais

20 de agosto 2015

Apresentação da iniciativa à comunidade (exº. Auditório da CCDRA)

setembro/2015-dezembro/2015

Realização e apresentação do novo Projeto Educativo da EPRAL

Assinatura de protocolos de cooperação entre a FA/EPRAL e empresas visando o acolhimento de estagiários em atividades de formação em contexto real de trabalho

Proposta Atividade 2

Dia aberto para apresentação da Escola às Famílias

Visita(s)

Atividades laboratoriais

Sessões de esclarecimento, para os pais/encarregados de educação, sobre orientação vocacional, estrutura e funcionamento dos Cursos Profissionais

Data (exemplo): 1 dia, na semana de 19 a 23 de janeiro/2015; 18.00h às 23.00h

Proposta Atividade 3

Participação na “2ª. Conferência da Liberdade de Escolha da Escola”

Organização: CNEF/ANESPO/AEEP

Local: Porto

Data: 30 de janeiro/2014 (6ª. feira)

Proposta Atividade 4

ENCERRAMENTO DO CICLO DE FORMAÇÃO 2012-2015

3 de outubro/2015

Aula de encerramento

Celebração da Palavra

Entrega de Diplomas aos Finalistas do CF 2012-2015

Jantar de celebração

Proposta Atividade 5

EPRAL 25 ANOS

CONCURSO

- Conceção e produção de **CARTAZ COMEMORATIVO** do 25º. Aniversário da EPRAL
- Conceção e produção de **CRACHÁ COMEMORATIVO** do 25º. Aniversário da EPRAL ^(a)

(a) A distribuir por todos os membros da comunidade escolar no início do AL 2015-16

janeiro – fevereiro/2015

Apresentação da iniciativa à comunidade escolar

Divulgação de Regulamento

maio/2015

Receção de trabalhos

junho/2015

Divulgação de resultados

1.4.2. II CHALLENGE FUNDAÇÃO ALENTEJO/EPRAL

Páscoa 2015 (sábado, 11 de abril)

Estimulo ao convívio, ao reforço de identidade e pertença à comunidade FA/EPRAL e ao *team-building*.

Desenvolvimento de atividades lúdico-desportivas de ar livre (caminhada de orientação, observação de flora e fauna, observação de sítios arqueológicos e históricos

Local/área: Guadalupe – Cromeleque dos Almendres – Castro do Giraldo

1.4.3. PARLAMENTO DOS JOVENS 2015

ENSINO PÚBLICO E PRIVADO. QUE DESAFIOS?

janeiro – maio/2015)

- Campanha eleitoral, eleições e realização da sessão escolar: janeiro/2015
- Sessão regional: março/2015
- Sessão nacional: maio/2015

Finalidades:

- Estimular o interesse dos jovens e a sua participação vida cívica e política.
- Evidenciar a importância do seu contributo para a resolução de problemas que afetam o presente e o futuro individual e coletivo.
- Refletir acerca da importância do mandato parlamentar e conhecer o processo de decisão da Assembleia da República, enquanto fórum representativo dos cidadãos portugueses.
- Estimular as capacidades de argumentação na exposição e defesa de ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria.

2. FORMAÇÃO DE ADULTOS

A Fundação Alentejo é uma entidade privada que goza das prerrogativas das entidades de utilidade pública que, conforme os seus estatutos, tem como objeto “o desenvolvimento da educação e qualificação profissional dos recursos humanos...” Neste sentido a Fundação Alentejo promove intervenções ou atividades formativas e de desenvolvimento/execução de projetos de formação/qualificação de adultos. É desde 31 de outubro/2013, Entidade Formadora Certificada pela DGERT, nas seguintes áreas de formação:

Quadro 5 – Áreas de Formação

ÁREAS DE FORMAÇÃO
010 – Programas de Base
090 – Desenvolvimento Pessoal
146 – Formação de professores e formadores de áreas tecnológicas
213 – Audiovisuais e produção dos media
225 – História e Arqueologia
341 – Comércio
344 – Contabilidade e Fiscalidade
346 – Secretariado e Trabalho Administrativo
347 – Enquadramento na organização empresa
481 – Ciências informáticas
582 – Construção Civil e Engenharia Civil
621 – Produção agrícola e animal
761 – Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
762 – Trabalho Social e Orientação
811 – Hotelaria e Restauração
812 – Turismo e Lazer
862 – Segurança e Higiene no Trabalho

Fonte: Formação de Adultos – nov.2014

O desenvolvimento e crescimento desta área de intervenção da Fundação, corresponde ao diagnóstico efetuado sobre as necessidades de formação e qualificação regionais. Assim, a Fundação Alentejo assume um conjunto de objetivos nesta área, orientados para a região e para o desenvolvimento sustentado e sustentável da mesma, mas alicerçados na estratégia nacional definida para a Formação de Adultos:

- Oferecer respostas e percursos formativos, tendo em conta as necessidades específicas de diferentes grupos sociais e dinâmicas locais e regionais do mercado de trabalho, em função de diagnósticos aferidos;
- Concorrer para a generalização da escolaridade de toda a população e para uma efetiva literacia para todos os cidadãos;
- Contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades de educação e formação a todos os cidadãos; promover uma atitude de compromisso pessoal com uma estratégia de formação ao longo da vida.

Considerando que a formação ao longo da vida, poderá permitir aos adultos a possibilidade de adquirir competências profissionais, com vista a uma (re)inserção ou progressão no mercado de trabalho,

contribuindo assim para: criar condições de valorização profissional dos ativos; aprofundar conhecimentos tecnológicos numa determinada área de formação; desenvolver competências para um melhor exercício profissional; e reforçar a capacidade técnica e organizativa das empresas e instituições.

Emergem como finalidades fundamentais da instituição no âmbito da valência da formação de adultos, em estreita articulação com os objetivos e estratégias nacionais:

- Contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades de educação e formação a todos os cidadãos;
- Promover, junto de todos os cidadãos, um crescente atitude e compromisso pessoal com uma estratégia de formação ao longo da vida;
- Oferecer respostas e percursos diferenciados, tendo em conta as necessidades específicas de diferentes grupos sociais e as dinâmicas locais e regionais do mercado de trabalho, em função de diagnósticos regularmente aferidos.

Assim, a Fundação Alentejo, na prossecução da sua Missão e considerando a sua Visão, assenta a sua intervenção na convicção de que o trabalho em rede, em conjunto com outras instituições, públicas e privadas, é fundamental no processo de desenvolvimento da região.

A criação de parcerias, formais ou informais, é uma das suas marcas institucionais. São seus parceiros privilegiados as empresas, as instituições públicas e os serviços desconcentrados da administração central, os Municípios, as Associações Empresariais, as Associações Socioprofissionais e os Sindicatos, as instituições de Ensino superior da região, e outras instituições da sociedade civil, e ainda uma rede de parceiros europeus com quem tem trabalhado.

A Fundação Alentejo assume, desta forma, a sua disponibilidade para o trabalho em rede, para a partilha de experiências, de conhecimento, de recursos, no sentido de potenciar a massa crítica existente na região. Exemplo dessa prática é a implementação de reuniões de trabalho com a Delegação Regional do Instituto do Emprego e Formação Profissional, na sequência das quais foram elencadas algumas necessidades específicas de intervenção formativa, designadamente com a finalidade de proporcionar respostas a um público desempregado.

2.1. Medida Vida Ativa – Emprego Qualificado - Articulação com o IEFP

No âmbito do trabalho em rede a Fundação Alentejo apresentou uma candidatura à Medida Vida Ativa, que pretende consolidar, integrar e aperfeiçoar um conjunto de intervenções orientadas para a ativação dos desempregados, favorecendo a aprendizagem ao longo da vida, o reforço da empregabilidade e a procura ativa de emprego.

Esta medida procura reforçar a **qualidade** e a **celeridade das medidas ativas de emprego**, nomeadamente no que se refere à qualificação profissional, através do desenvolvimento de percursos de formação modular, com base em unidades de formação de curta duração (UFCD), que permitam a aquisição de competências tecnológicas de natureza específica ou transversal, bem como de competências pessoais e empreendedoras que capitalizem, de forma gradual, para a obtenção de uma qualificação, potenciando desta forma, a *empregabilidade dos seus destinatários*. (cf. Regulamento Específico Medida Vida Ativa - Emprego Qualificado, p. 4).

Os percursos de formação modular, objeto do presente projeto, terão o seu início no final de 2014, no entanto será em 2015 que serão desenvolvidas a maioria das ações de formação previstas.

2.1.1. Percursos de Formação

Deste modo, as propostas de percursos integram as seguintes áreas de formação/saídas profissionais em 4 concelhos distintos, a saber:

- Évora:

- . 811 - **Hotelaria e Restauração** (Técnico/a de Cozinha/Pastelaria, nível 4 de qualificação);
- . 213 - **Audiovisuais e produção dos média** (Técnico/a de Multimédia, nível 4 de qualificação)
- . 7 Turmas - **UFCD Técnicas de Procura de Emprego (25 Horas)**.

- Estremoz:

- . 812 - **Turismo e Lazer** (Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural, nível 4 de qualificação);
- . 1 Turma - **UFCD Técnicas de Procura de Emprego (25 Horas)**.

- Reguengos de Monsaraz:

- . 761 - **Serviços de Apoio a Crianças e Jovens** (Técnico/a de Ação Educativa, nível 4 de qualificação);
- . 1 Turma - **UFCD Técnicas de Procura de Emprego (25 Horas)**.

- Elvas:

- . 225 - **História e Arqueologia** (Técnico/a de Museografia e Gestão do Património, nível 4 de qualificação);
- . 1 Turma - **UFCD Técnicas de Procura de Emprego (25 Horas)**.

Partindo do diagnóstico de necessidades dos indivíduos que procuram um futuro melhor, aliciados por novas oportunidades de carreira e de desenvolvimento, fundamentado também pelas necessidades manifestadas pelas autarquias e no retrato social do país, torna-se imperativo que determinados tipos de formação possam ser colocados em prática, proporcionando aos seus públicos novas ferramentas de trabalho, com vista à respetiva promoção social, cultural e profissional.

Na conceção dos percursos esteve subjacente a promoção do estímulo para o desenvolvimento de mecanismos de autoaprendizagem e para a aprendizagem ao longo da vida, enquanto processo de enriquecimento pessoal e de evolução profissional, bem como competências complementares potenciadoras de empreendedorismo e proatividade. No decorrer da formação será promovido o acesso e treino a ferramentas e equipamentos inovadores para o desenvolvimento de aptidões em áreas técnicas.

a) Percursos modulares organizados com Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) integradas no Catálogo Nacional de Qualificações, com uma duração máxima de **200 horas**.

No desenho dos Percursos e tal como recomendado no Regulamento Específico da medida, procurou-se uma distribuição das UFCD integrada em pelo menos dois dos domínios que a seguir se apresentam:

1. **Formação tecnológica (específica);**
2. **Formação tecnológica (transversal);**
3. Formação de base ou sociocultural;
4. Formação comportamental;
5. **Formação em competências empreendedoras;**
6. Formação em competências básicas Formação para a inclusão).

No caso dos percursos, a formação decorrerá em horário laboral, 4 dias por semana (uma vez que 7 horas/dia, corresponde a uma carga horária semanal máxima de 28 horas e a uma carga horária total de 200 horas.

b) UFCD - Técnicas de Procura de Emprego

No caso das UFCD- Técnicas de Procura de Emprego, a formação decorrerá em horário laboral (3 ou 4 horas/dia, num total de 7 dias, correspondendo a uma carga horária total de 25 horas.

2.1.2. Indicadores de Execução

Quadro 6 - Indicadores de Execução
(valores absolutos)

ÁREAS DE FORMAÇÃO	Horas de Formação	Formandos a abranger	Volume de Formação
213 - Audiovisuais e Produção dos Media	200	25	5000
225 - História e arqueologia	200	25	5000
761 - Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	200	25	5000
811 - Hotelaria e restauração	200	25	5000
812 - Turismo e lazer	200	25	5000
Técnicas de Procura de Emprego	25	250	6250
	1250	375	31.250

Fonte: Formação de Adultos – nov.2014

2.1.3. Destinatários

Este tipo de oferta formativa tem como destinatários 375 Adultos, com o nível secundário de escolaridade, desempregados e residentes nos concelhos de Évora, Estremoz, Reguengos de Monsaraz e Elvas (encaminhados pelos respetivos Centros de Emprego).

2.2. Candidatura a Formação Financiada

Para além do projeto de formação anteriormente descrito e a desenvolver em articulação com o IEFP, está pensada efetuar uma nova candidatura ao novo Quadro Comunitário Portugal 2020, desejavelmente, no primeiro semestre do ano, prevendo a possibilidade de iniciar um novo projeto formativo ainda no segundo semestre do ano.

A nossa estrutura humana, o *know-how* existente e a leitura que fazemos das necessidades de formação do território de intervenção, permitem-nos assumir o compromisso de apresentação de candidatura ao PO, logo que a mesma seja aberta, sendo que a mesma poderá ser direcionada para Cursos EFA ou a UFCD ou, ainda, a ambas as medidas, em função das prioridades e opções estratégicas que sejam definidas pela tutela, uma vez que ambas se adequam às necessidades e públicos da região.

Com a nova candidatura deverá manter-se a possibilidade de intervir, em toda a área de influência geográfica da Fundação Alentejo, na perspetiva da disseminação do acesso à qualificação de ativos (empregados e/ou desempregados). As intervenções formativas deverão ocorrer maioritariamente nas instalações de Évora e Estremoz, com extensão a localidades onde são disponibilizadas instalações por entidades parceiras, mediante a celebração de protocolo para o efeito.

2.3. Outras Ações Comerciais

Em coerência com as necessidades diagnosticadas nos contextos de atuação da Fundação Alentejo e considerando os seus objetivos estratégicos, está prevista a nossa atuação em duas intervenções distintas, para além da formação financiada: Formação Pedagógica Inicial de Formadores (públicos externos, formação não financiada) e Curso Técnico de Segurança e Higiene do Trabalho (públicos externos, formação não financiada).

Quadro 7 – Tipologia de Formação

Tipo de Formação	Total de Horas (previstas 2015)	Volume de Formação (previsto 2015)
Formação Pedagógica Inicial de Formadores (públicos externos, formação não financiada)	180	2160
Curso Técnico de Segurança e Higiene do Trabalho (públicos externos, formação não financiada)	2400	48000
Totais	2580	50160

Fonte: Formação de Adultos – nov.2014

Poderemos igualmente perspetivar a nossa intervenção numa **lógica comercial**, tendo por base a conceção de respostas formativas utilizando como instrumento de trabalho o Catálogo Nacional de Qualificações, em áreas que de algum modo têm tido um impacto bastante positivo junto dos públicos-alvo da valência da Formação de Adultos, designadamente junto de algumas instituições, com as quais tivemos o privilégio de implementar percursos de formação destinados aos seus colaboradores, nomeadamente e apenas para referir algumas: Agrupamentos Escolares; Câmara Municipal de Borba; Câmara Municipal de Estremoz; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Mourão; Câmara Municipal de Portel; Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz; Câmara Municipal de Viana do Alentejo; Cáritas Diocesana de Vila Viçosa; Comando de Instrução e Doutrina (Évora); Grupo Diário do Sul; Museu Militar de Elvas; Regimento de Cavalaria N.3 de Estremoz.

No que respeita às áreas em que poderá ter lugar a nossa intervenção, assumem um particular destaque as seguintes:

Quadro 8 – Áreas de Formação

ÁREAS DE FORMAÇÃO
213 – Audiovisuais e produção dos media
225 – História e Arqueologia
346 – Secretariado e Trabalho Administrativo
347 – Enquadramento na organização empresa
481 – Ciências informáticas
761 – Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
762 – Trabalho Social e Orientação
811 – Hotelaria e Restauração
812 – Turismo e Lazer
862 – Segurança e Higiene no Trabalho

Fonte: Formação de Adultos – nov.2014

3. COLÉGIO FUNDAÇÃO ALENTEJO

O Colégio Fundação Alentejo (CFA) com autorizações de funcionamento para Creche, Jardim de Infância, 1º e 2º ciclo do Ensino Básico pretende efetuar uma articulação entre as várias etapas do percurso educativo, ou seja, procura salvaguardar uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada nova etapa uma função de completar, aprofundar e alargar a etapa anterior, numa perspetiva de continuidade, coerência e unidade global da educação e das aprendizagens. Promove um clima cuidador que apoie e promova as aprendizagens das crianças, mas também das famílias e dos profissionais institui-se como uma comunidade de aprendizagem.

O CFA pauta-se pela inovação pedagógica e organizativa e para uma flexibilidade de respostas que têm em conta o superior interesse da criança e o seu desenvolvimento cognitivo, físico e social, promovendo a conciliação entre a vida pessoal, social e profissional das famílias bem como da sua capacitação enquanto primeiros educadores.

Esta resposta educativa está em funcionamento desde setembro de 2011 e o seu Projeto Educativo define-se a partir de quatro grandes dimensões Humanas da Educação:

- Educação para a Saúde e Resiliência;
- Educação para a Autonomia e Responsabilidade;
- Educação para a Criatividade e Empreendedorismo;
- Educação para a Solidariedade e Cidadania.

Estes são os pilares fundamentais do Projeto Educativo do CFA cujo foco incide nas crianças, nas suas necessidades e está assente em Princípios e Valores Humanistas de respeito pela individualidade.

No âmbito de um dos Pilares do seu Projeto Educativo o CFA nos dias 21 e 22 de novembro de 2014 realizou a apresentação de uma comunicação e de um Poster no **Simpósio Internacional INTOVIAN - Proteger as crianças dos 0 aos 3 anos do mau trato e negligência**. A comunicação, intitulada *Aprender a Ser: Um projeto de promoção de competências pessoais e sociais, associadas à resiliência*, deu origem a um convite / desafio por parte de uma das organizadoras do livro, a Prof.ª Dr.ª Maria Manuela Calheiros, de escrever um texto, a ser integrado no livro *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção – Vol. V*, a publicar em 2015.

No ano de 2015 perspetiva-se um aumento do número de utentes/alunos em todas as suas valências num esforço de aproximação ao máximo da capacidade instalada / autorizada e pondera-se a abertura da primeira turma do 2º ciclo do ensino básico, cuja autorização de funcionamento foi concedida em 2014.

As atividades a desenvolver ao longo de 2015, são diferenciadas por valência tendo em conta os objetivos e especificidades de cada uma delas mas integrando-se e indo ao encontro dos princípios e valores definidos no Projeto Educativo do Colégio.

3.1. Creche

A **valência de Creche** compreende, atualmente, um berçário e duas salas para crianças até aos 3 anos numa resposta total a oitenta e quatro crianças. Cada sala tem um(a) educador(a) de infância e duas auxiliares da ação educativa.

São objetivos da Creche do Colégio proporcionar o atendimento individualizado à criança, num clima de segurança afetiva e física, encorajando a partilha de experiências, assim como colaborar estreitamente com a Família, numa perspetiva de partilha de cuidados e responsabilidades. Procura-se garantir às crianças todas as condições físicas, psicológicas e sociais de conforto e segurança, assim como o enquadramento humano e técnico, que fomente e proporcione o desabrochar das suas competências, respeitando a sua individualidade, mas entendendo desde logo as crianças como seres sociais. A Valência de creche assume o modelo de avaliação da qualidade das respostas sociais - Creche (ISS, 2005) como instrumento regulador e orientador da ação educativa, sem prejuízo da utilização de outros referenciais educativos para estas idades.

3.2. Jardim de Infância

A **valência de Jardim de Infância**, compreende três salas para crianças até aos 6 anos numa resposta total a 75 crianças. Cada sala tem um(a) educador(a) e uma auxiliar da ação educativa.

São objetivos do Jardim-de-Infância os objetivos pedagógicos definidos pela Lei - Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº5/97, de 10 de Fevereiro):

- a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
- c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- d) Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- e) Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- f) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- g) Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

3.3. 1º Ciclo do Ensino Básico

A **valência do 1º Ciclo do Ensino Básico**, compreende, atualmente, três salas, uma de 1º ano com 24 crianças, uma de 2º ano com 11 crianças e uma de 3º e 4º ano com 12 crianças. Cada sala tem um(a) professor(a) do 1º ciclo do ensino básico e mais uma docente que apoia todas as salas. O ambiente educativo é organizado de modo a responder aos objetivos consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo (art. 7º).

São objetivos do ensino básico, designadamente do 1º ciclo:

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as atividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detetando e estimulando aptidões nesses domínios;
- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesa;
- h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- k) Fomentar o gosto por uma constante atualização de conhecimentos;
- l) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;

- m) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- n) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

Para dar resposta às necessidades das crianças nesta fase, o CFA continuará a implementar práticas pedagógicas respeitadoras da individualidade da Criança, que estimulem em simultâneo a aprendizagem e o desenvolvimento, proporcionando um meio de ensino e aprendizagem interdisciplinar, favorecendo e incentivando o espírito crítico e a assunção de valores cívicos.

3.4. Outras Atividades

Entre as atividades específicas transversais, abertas a toda a comunidade educativa do Colégio, às famílias e à restante comunidade envolvente, enunciam-se (de forma não exaustiva) as seguintes:

- Dia de Reis - janeiro de 2015
- O Carnaval – fevereiro de 2015
- O dia da Educação para a Segurança Rodoviária – março de 2015
- O dia da Família - maio de 2015
- O dia da Criança – junho de 2015
- Tertúlia de Final de Ano Escolar – julho de 2015
- Abertura do Novo Ano Escolar – setembro de 2015
- Festa de Natal – dezembro de 2015
- Feira do Livro – dezembro de 2015

No cumprimento do seu Projeto Educativo, o Colégio, desenvolverá também:

- Ações de divulgação do Colégio no exterior;
- *Workshops* para Pais, Encarregados de Educação e Técnicos.

(animação de sessões de trabalho orientadas por técnicos especializados em diferentes áreas)

4. PROJETOS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA

A atividade de cooperação para o desenvolvimento no espaço da Lusofonia que a Fundação Alentejo abraçou enquanto imperativo de serviço público e ajuda ao esforço nacional para a consolidação dos laços que unem Portugal e os portugueses a esses territórios e povos, veio ganhando nos últimos anos um novo alento pelo salto qualitativo que constitui a passagem do acolhimento de formandos desses países nas nossas respostas formativas no Alentejo, para um novo nível de intervenção assente na partilha e transferência de know-how formativo (organizativo e pedagógico), através do desenvolvimento de projetos concretos, na área da educação e formação, a implementar no terreno.

Esta atividade, de cooperação e partilha de experiência e de *know-how*, está no ADN da nossa instituição, desde a sua génese, pois todo o processo de constituição da EPRAL e posteriormente da criação da Fundação Alentejo, foi essa a prática e o *modus operandi* privilegiado, quer no território nacional quer no espaço europeu. Dessa forma, com a natural aproximação ao espaço da lusofonia, estimulados também pelas dinâmicas de convergência promovidas pelo Conselho Português de Fundações, do qual somos membro, e entidades homólogas desses países, o objeto e a missão da Fundação acolheu e acomodou naturalmente esta nova frente de intervenção: a cooperação para o desenvolvimento com os países africanos de língua oficial portuguesa.

4.1. Projeto MAPTSS – Formação em Hotelaria e Turismo

Em 2015, a Fundação Alentejo dará continuidade ao trabalho já iniciado em Setembro de 2014, fruto de um processo longo de conceção e negociação de uma intervenção inovadora no quadro das ofertas de formação de quadros qualificados para as áreas da Hotelaria e Turismo. Assente numa parceria estabelecida com uma entidade local, a Consult – Sociedade Angolana de Estudos e Consultoria e o MAPTSS – Ministério da Administração Pública, Trabalho e Solidariedade Social e que se traduz em:

4.1.1. Conclusão da Formação em Sala e realização da Formação em Contexto de Trabalho da 1ª

Fase do Projeto: Cursos de Turismo:

- . 4 (quatro) cursos;
- . 8 (oito) turmas;
- . 232 (duzentos e trinta e dois) formandos em:
 - . Rececionista de Hotel;
 - . Técnico de Turismo Ambiental e Rural;
 - . Guias Turísticos;
 - . Técnico de Organização de Eventos.
- . Conclusão Prevista: abril de 2015

4.1.2. Lançamento e realização da Formação em Sala e realização da Formação em Contexto de Trabalho da 2ª Fase do Projeto: Cursos de Hotelaria

- . 2 (dois) cursos;
- . 4 (quatro) turmas;
- . 120 (cento e vinte) formandos em:
 - . Cozinha/ Pastelaria;
 - . Restaurante/Bar.
- . Início Previsto: 15 de janeiro de 2015
- . Conclusão Prevista: outubro de 2015

4.1.3. Lançamento da Formação em Sala da 3ª Fase do Projeto: Cursos de Turismo

- . 4 (quatro) cursos;
- . 8 (oito) turmas;
- . 240 (duzentos e quarenta) formandos em:
 - . Rececionista de Hotel;
 - . Técnico de Turismo Ambiental e Rural;
 - . Guias Turísticos;
 - . Técnico de Organização de Eventos.
- . Início Previsto: setembro de 2015
- . Conclusão Prevista: março de 2016

Este conjunto de ações de formação, enquanto projeto coerente e articulado, é sustentado no Plano de Ação proposto pela parceria Fundação Alentejo / Consult ao MAPTSS e por este aprovado, para concretização num dos seus equipamentos na cidade de Luanda, o Centro Polivalente de Formação Profissional sediado no Bungo. O enquadramento metodológico encontra-se definido num Manual da Qualidade da Atividade Formativa, concebido pela Fundação Alentejo e implementado sob coordenação dos seus recursos.

Nos termos das linhas orientadoras negociadas com o Ministério para a implementação do projeto, a coordenação da componente administrativa é da responsabilidade da parceira Consult, a coordenação organizativa e pedagógica é da responsabilidade da Fundação Alentejo, existindo um Conselho de Acompanhamento do Projeto, tripartido, liderado pelo Diretor Nacional do Emprego e Formação Nacional daquele Ministério.

Ainda nos termos do acordo entre as partes e com vista à concretização dos princípios de partilhas de experiência e de transferência de know-how, o projeto é desenvolvido por uma equipa mista de formadores (portugueses, da FA, e angolanos), coordenada por um representante FA. A equipa é, atualmente, formada

por 12 elementos, maioritariamente angolanos e manterá essa dimensão ao longo de 2015, ainda que com os ajustamentos/substituições que são determinadas pela gestão curricular das áreas específicas.

As áreas chave do projeto, na fase inicial, são assumidas por recursos humanos da Fundação Alentejo ou por ela selecionados em Portugal.

Em termos de indicadores do projeto e considerando o ano de 2015 apresenta o seguinte quadro resumo:

Quadro 9 – Centro Polivalente de Formação Profissional

Ações/ Fase	Período	Nº de Cursos	Nº de Turmas	Nº de Formandos	Nº de Horas de Formação	Volume total de Formação	Volume de formação em 2015
1ªFase Turismo	set. 2014 a abr. 2015	4	8	232	7.360	213.440	106.720
2ªFase Hotelaria	jan. 2015 a out. 2015	2	4	120	4.880	146.400	146.400
3ªFase Turismo	set. 2015 a mar. 2016	4	8	240	7.360	220.800	126.171
Total		20	20	592	19.600	580.640	379.291

Fonte: Coordenação de Projeto – nov.2014

Esta intervenção, para além de mobilizar ao longo de todo o ano um número médio de 4 formadores e de 1 coordenador do quadro da Fundação Alentejo, ajudando ao esforço de racionalização de recursos humanos da instituição e à sua sustentabilidade.

4.2. Projeto CEFOPROF/MINUC

Em 2015 continuarão a ser desenvolvidos os esforços com vista à concretização de algumas das componentes do Plano de Ação desenhado e desenvolvido para a rede de Centros de Formação do Ministério da Construção, o qual se encontra em sede apreciação para decisão superior.

O Ministério da Construção é a autoridade pública da República de Angola com responsabilidade no sector da construção, o qual possui uma rede de Centros de Formação em Construção Civil (CEFOPROF), situados em Cacuaco (Luanda), Cacuso (Malange), Catumbela (Benguela), Caála (Huambo) e Soyo (Zaire), com oferta de cursos de formação profissional nas áreas da construção civil, obras públicas e indústrias de materiais de construção.

A Fundação Alentejo prevê que se inicie, com o referido Ministério, uma prestação de serviços de consultoria, pedagógica e de formação pedagógica de formadores orientada para a melhoria de eficácia e para a sustentabilidade da rede de centros de formação de que o Ministério da Construção é entidade tutelar, concretizada na preparação e desenvolvimento de duas ações complementares:

- Jornadas Pedagógicas para autoridades nacionais e provinciais, Diretores dos Centros, Diretores Pedagógicos, Diretores Financeiros e Coordenadores de Curso da rede dos Centros de Formação do Ministério;
- Duas Ações de Formação Pedagógica de Formadores, de 5 dias úteis de duração (40 horas) a decorrer em simultâneo, respetivamente no centro de formação de Cacua (Luanda), para os quadros dos centros de Cacuso e do Cacua e no centro de formação da Catumbela (Beguela), para os quadros dos centros da Caála e da Catumbela.

A componente “Jornadas Pedagógicas” e “Formação Pedagógica de Formadores”, poderá vir a ser implementada em 2015, previsivelmente no 1º semestre.

Esta componente implicará a afetação de um coordenador da instituição e de duas equipas de 2 formadores que desenvolverão o trabalho, no terreno, ao longo de um período estimado de 15 dias.

4.3. Projeto INTELLECTUS / Grupo Gregório Semedo

O Protocolo firmado pela Fundação Alentejo com a Intellectus/ Grupo Gregório Semedo prevê uma relação de cooperação entre ambas as instituições, com vista à partilha de informação e experiência e, ainda, à conceção e desenvolvimento, pela Fundação Alentejo, de um plano de ações de formação orientadas para a formação de quadros médios e superiores da administração pública e do universo empresarial angolano, que possuam no mínimo a 12ª classe.

Em 2014 foi apresentado e validado, ao abrigo desse protocolo, um Plano de Oferta Formativa na Área Comportamental e da Gestão de Recursos Humanos o qual poderá vir a ser operacionalizado, no todo ou parcialmente, em 2015.

O Plano de Oferta Formativa é dirigido a públicos ativos angolanos (quadros médios e superiores, chefias, dirigentes, gestores) que, numa lógica da formação contínua, desejem apostar no reforço das suas competências ou aquisição de outras tão necessárias à rápida mudança social, económica e tecnológica em curso nas empresas e nos territórios angolanos.

A proposta da Fundação Alentejo é para o desenvolvimento de dez cursos organizados em torno de duas áreas de formação – Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos - procurando corresponder a uma expectativa de aquisição e/ou atualização de competências e conhecimentos que podem ser potencialmente aplicadas nos contextos profissionais de origem dos ativos.

Cursos na área do *Comportamento Organizacional*:

1. Coaching e Liderança Transformacional;
2. Liderança, Coordenação e Motivação de Equipas ;
3. Gestão de Conflitos nas Organizações.

Cursos na área da *Gestão e Administração de Empresas*:

1. Gestão Prospetiva de Empresas e Organizações Públicas;
2. Gestão Estratégica de Empresas;
3. Gestão do Tempo e Organização do Trabalho;
4. Princípios de Gestão Empresarial;
5. Gestão Empresarial por Processos;
6. Auditoria e Gestão da Qualidade;
7. Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Foi ainda apresentada uma proposta com oferta de formação da Área Comportamental, Área de Secretariado e Informática, Área de Línguas, assim como, uma proposta de Diagnóstico de Necessidades Formativas a ser aplicado em Angola a trabalhadores da administração pública e de pequenas e médias empresas, que possuam, no mínimo, a 10.^a classe.

Cursos na área do *Comportamento Organizacional*:

- Técnicas de Motivação e Liderança de Equipas
- Técnicas de Gestão de conflitos
- Técnicas de Comunicação e Atendimento ao Público
- Higiene e Segurança no Trabalho

Cursos na área de *Secretariado e Informática*:

- Técnicas de Secretariado
Elementos de Contabilidade e de Fiscalidade (para não financeiros)
- Arquivo e Gestão de Documentação
- Informática (óptica do utilizador): Processador de texto
- Informática (óptica do utilizador): Folha de cálculo
- Informática (óptica do utilizador): Base de dados
- Saber Usar Software de Gestão de Projectos
- Saber Elaborar Planos e Relatórios de Actividades
- Saber Elaborar Mapas de Pessoal

Cursos na área de *Línguas*:

- Inglês para Secretariado
- Português

Outras áreas:

- Saber Organizar Eventos Nacionais e Internacionais

IV – SERVIÇOS TRANSVERSAIS

1. GAOVE – GABINETE DE APOIO, ORIENTAÇÃO VOCACIONAL E EMPREGO

O GAOVE – Gabinete de Apoio, Orientação Vocacional e Emprego exerce a sua ação principal junto dos/as formandos/as, podendo esta intervenção, sempre que necessário, estender-se ao núcleo familiar dos/as mesmos/as.

As principais **áreas de intervenção** deste gabinete são:

- A. Apoio/ acompanhamento psicológico/ social**
- B. Orientação Vocacional**
- C. Acompanhamento pós-formação**
- D. Apoio e acompanhamento à formação de adultos**

O trabalho é desenvolvido por 3 técnicas, 2 psicólogas e 1 educadora social, nos 2 pólos da EPRAL – Évora e Estremoz, em articulação com as Direções Pedagógicas e equipa formativa.

A. APOIO/ ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO/ SOCIAL

1. Atendimento individual

O atendimento individual ao/à formando/a ocorre sempre que necessário, ao longo do ano letivo, por indicação do/a Orientador/ora Educativo/a/ Coordenador/ora de Curso/ Conselho de Turma/ DTP/ Encarregado/a de Educação ou por iniciativa do/a próprio/a, envolvendo, na maior parte das vezes, o(s) encarregado(s) de educação.

Objetivos do atendimento:

- Melhorar o bem-estar e promover o crescimento individual;
- Propiciar um espaço de partilha de pensamentos e expressão de sentimentos que possibilitem o controlo de emoções e a adequação de comportamentos;
- Avaliar a situação socio económica do agregado familiar do/a formando/a e, quando se justifique, efetuar o acompanhamento/ encaminhamento para entidades de cariz social que possam contribuir para a minimização das carências registadas em cada caso.

2. Intervenção junto dos pais/ encarregados/as de educação

Os pais/ encarregados/as de educação são os elementos principais e com maior influência no processo de crescimento e de individuação dos/as seus educandos. Como tal, o atendimento individual ao/à formando/a e o sucesso de qualquer mudança de comportamento, requer a participação e o envolvimento dos respetivos pais/ encarregados/as de educação, conseguido através de reuniões e outros contactos frequentes, quando os mesmos se mostram disponíveis.

Objetivos do atendimento:

- Proporcionar um espaço de apoio psicológico onde possam ser delineadas estratégias de atuação e modo de intervenção adaptados a cada formando/a e família/ outros educadores.

3. Acompanhamento psicológico

O acompanhamento psicológico ocorre ao longo da formação, cada vez com maior frequência e sempre que o/a formando/a manifesta alguma situação que interfira no processo de aprendizagem. Uma vez analisado o caso, poderá haver necessidade de encaminhar o/a formando/a para outra(s) entidade(s) (Centro de Saúde, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Centro de Respostas Integradas, etc.) para uma intervenção específica e, algumas vezes articulada, com o trabalho desenvolvido na escola.

Objetivos do acompanhamento:

- Avaliar a situação e efetuar o acompanhamento psicológico em situações de dificuldade de aprendizagem, problemas de relacionamento com o grupo de pares, adaptação escolar/ isolamento social, etc.;
- Contribuir para o encontro de estratégias de resolução de situações identificadas pelo/a formanda/a ou outro/a (orientado/a educativo/a, Encarregado/a de educação, etc.) como problemáticas e inibidoras do funcionamento adequado do/a formando/a.

4. Intervenção no grupo/ turma

A intervenção no grupo/ turma é realizada através da participação em reuniões de conselho de turma, mediante convocação prévia.

Objetivos da intervenção no grupo/ turma:

- Conhecer melhor o grupo/ turma
- Percecionar o entendimento que é feito pelos formadores acerca de cada situação
- Perceber que estratégias já foram utilizadas por cada formador com o/a formando/a ou a turma para resolver situações problema
- Propor novas estratégias de intervenção
- Colaborar na definição de estratégias que visem melhorar a aprendizagem do grupo

B. ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

1. Divulgação da Oferta Formativa

Para a Divulgação da Oferta Formativa estão programadas as seguintes atividades:

a) Organização de Ateliers por áreas de formação

Aproveitando os períodos de interrupção letiva do Natal e da Páscoa, organizar diferentes *ateliers*, de acordo com os cursos em funcionamento e a oferta formativa proposta para o ano seguinte, destinados a alunos/as do 3º Ciclo do Ensino Básico.

Objetivos:

- Informar sobre oportunidades de formação
- Promover o conhecimento das atividades profissionais
- Promover a partilha de experiências entre alunos/as de escolas diferentes

b) Divulgação nos meios de comunicação social (jornais, rádio) das atividades que são desenvolvidas pelos formandos/as de diferentes cursos

Ao longo do ano letivo e sempre que seja oportuno, divulgar sobretudo junto dos pais/ encarregados/as de educação de alunos do 3º ciclo e da população em geral, trabalhos desenvolvidos pelos/as formandos/as da EPRAL, dos vários cursos.

Objetivos:

- Informar sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comunidade Educativa da EPRAL
- Divulgar a oferta formativa, o ensino profissional, a Escola

c) Convite às escolas com 3º Ciclo para visitarem a EPRAL

Convidar todos os estabelecimentos de ensino na área de influência da EPRAL (Évora e Estremoz), com 3º Ciclo, a incluírem no seu plano de saídas, uma visita à EPRAL a decorrer, preferencialmente, no 2º e 3º períodos letivos.

Objetivos:

- Informar sobre oportunidades de formação
- Promover o conhecimento das atividades profissionais
- Aproximar os/as jovens do Ensino Profissional e da EPRAL em particular

d) Orientação vocacional

Atendendo à multiplicidade de escolhas possíveis para conclusão do ensino secundário, importa possibilitar aos jovens um melhor conhecimento sobre si próprio e, em particular, os seus interesses e preferências profissionais e as suas aptidões, através de uma entrevista e aplicação de testes psicológicos padronizados ao/à jovem e, quando possível, com a participação dos pais/ encarregados/as de educação.

Objetivos:

- Informar sobre oportunidades de formação
- Promover o conhecimento das atividades profissionais
- Conhecer os interesses e preferências profissionais bem como as competências cognitivas de potenciais candidatos/as à EPRAL
- Proporcionar aos pais/ encarregados de educação e alunos/as, o confronto com o modo de funcionamento da EPRAL e as oportunidades de formação

- Elaborar um projeto de vida pessoal e profissional
- Promover o desenvolvimento da autonomia e responsabilidade na construção de um projeto de vida
- Proporcionar esclarecimentos sobre o prosseguimento de estudos

2. Candidatura à EPRAL

O processo de candidatura à EPRAL inclui:

a) Processo de Orientação/ Seleção dos/as candidatos/as

Este processo ocorre sobretudo nos meses de Junho e Julho e destina-se a todos/as os jovens que pretendam ingressar na EPRAL, quer nos cursos vocacionais, quer nos cursos profissionais.

Objetivos:

- Informar sobre oportunidades de formação
- Conhecer os interesses e preferências profissionais bem como as competências cognitivas de potenciais candidatos/as à EPRAL
- Proporcionar aos pais/ encarregados de educação e alunos/as, o confronto com o modo de funcionamento da EPRAL e as oportunidades de formação

3. Candidatura ao Ensino Superior

a) Atendimento Individual

O atendimento individual é realizado ao longo do ano letivo mas, preferencialmente de Janeiro a Julho, junto dos/as formandos/as do 3º ano, sempre que seja solicitado.

Objetivos:

- Promover a procura ativa de informação sobre estabelecimentos de ensino superior
- Apoiar os/as formandos/as na inscrição para os exames e pré-requisitos

b) Sessões de informação/ esclarecimento

Uma vez conhecidas as diretrizes relativas ao acesso ao ensino superior, habitualmente nos meses de Fevereiro e Março de cada ano civil, propõe-se a realização semanal por turma de sessões de informação/ esclarecimento, junto dos/as formandos/as do 3º ano.

Objetivos:

- Promover informação relativa ao acesso ao ensino superior e Cursos de Especialização Tecnológica

C. ACOMPANHAMENTO PÓS-FORMAÇÃO

1. Análise da taxa de empregabilidade

A análise da taxa de empregabilidade ocorre sobretudo nos meses de Dezembro e Janeiro e implica o contacto com todos os diplomados da EPRAL, nos últimos 4 ciclos de formação, dos vários polos, através de e-mail e de telefone.

Objetivos:

- Recolher informação sobre a situação profissional dos/as diplomados/as
- Colaborar com a emissão de dados relativos à empregabilidade para efeitos de candidatura às NC/ NT

2. Acolhimento de empregadores ou representantes de entidades para estágio profissional

Com frequência e ao longo de todo o ano letivo, a EPRAL é contactada no sentido de encaminhar diplomados para a realização de estágios profissionais em diversas entidades e áreas de formação.

Objetivos:

- Dar a conhecer os cursos profissionais e o seu modo de funcionamento
- Perceber o pedido que nos é feito (que técnicos, em que áreas e para quê)

3. Esclarecimento sobre funcionamento do Estágio Profissional

Aos formandos/as do 3º ano, que pretendam iniciar a sua atividade profissional, propõe-se a realização de sessões de esclarecimento sobre o funcionamento do Estágio Profissional, a serem realizadas sempre que necessário, mas preferencialmente nos meses de Maio e Junho, que antecedem o término da sua formação.

Objetivos:

- Informar os/as formandos/as sobre os procedimentos para candidatura ao estágio profissional

D. APOIO E ACOMPANHAMENTO À FORMAÇÃO DE ADULTOS

1. Processo de orientação/ seriação dos/as candidatos/as à formação

Ao longo do ano civil e sempre que considerado necessário, propõe-se a realização de um processo de orientação/ seriação de candidatos/as à formação de adultos.

Objetivos:

- Recolher informação sobre a situação escolar e profissional dos/as candidatos/as
- Conhecer os interesses e preferências profissionais bem como as competências cognitivas de potenciais candidatos/as

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

Dando sequências às intervenções desenvolvidas em anos anteriores, será dada ênfase às abordagens tendentes à educação de aspetos particularmente importantes para os jovens e que se prendem com a promoção de comportamentos que conduzam, genericamente, ao bem-estar físico e afetivo-relacional, nomeadamente a saúde sexual/reprodutiva, a alimentação, e o estabelecimento de relações afetivas positivas.

Serão, assim, desenvolvidas as seguintes atividades:

I. De Educação para a Saúde em Saúde Sexual e Reprodutiva – Projeto “AdolesSer”

Destinatários:

- 1º ano do Curso Vocacional em Hoteleira e Turismo

Objetivos:

- Reforçar/promover a informação sobre as dimensões da sexualidade humana, crescimento e relações interpessoais;
- Adquirir competências para um relacionamento interpares mais saudável;

Intervenientes:

- Equipa de Évora da Unidade de Cuidados Continuados

Calendarização:

- Duas sessões, uma no 1º período letivo e, outra, no 3º período
- Duas sessões no 2º período letivo

Nota: relativamente à turma de 2º do Curso Vocacional em Hotelaria e Turismo irão ser promovidas duas sessões (uma por período letivo) em que irá ser dada continuidade ao trabalho iniciado no ano letivo anterior relativamente às temáticas da sexualidade e relações interpessoais.

II. Relações de poder – Violência no namoro

Destinatários:

- Turmas de 1º ano dos Cursos Profissionais

Objetivos:

- Identificar crenças, atitudes e opiniões
- Refletir sobre as vivências nas relações de namoro;
- Debater e partilhar formas positivas de relacionamento;
- Alertar para vivências que não são sentidas como sendo violentas

Intervenientes:

- Equipa de Évora da Unidade de Cuidados Continuados
- HESE – Centro de Aconselhamento e Deteção do VIH/SIDA

Calendarização:

- Uma sessão/turma, durante o 1º período letivo

III. Saúde Alimentar

III.I. Comemoração do Dia Mundial da Diabetes

Destinatários:

- Aluno/as da EPRAL e comunidade educativa em geral

Objetivos:

- Sensibilizar o/as jovens e a comunidade educativa para a necessidade de alteração de alguns comportamentos alimentares menos saudáveis, através da informação veiculada nas turmas e incentivo ao consumo de pequenos-almoços saudáveis;
- Fomentar a toma de um pequeno-almoço equilibrado.

Intervenientes:

- Aluno/as do 1º A do CP de Técnico de Auxiliar de Saúde
- Equipa do Centro de Saúde de Évora (nutricionista e médico interno)

Calendarização:

- Semana de 10 a 14 de novembro de 2015

III.II. “Marmitas Saudáveis”

Destinatários:

- Aluno/as da EPRAL

Objetivos:

Contribuir para a adoção de comportamentos alimentares saudáveis junto do/as jovens;

Prestar informação sobre aspetos nutricionais dos alimentos e de *gestão* da dieta;

Demonstrar como se podem (re)criar refeições, conciliando aspetos de custo com a preparação de refeições saudáveis.

Intervenientes:

- DECO – Associação de Defesa do Consumidor
- Coordenadore/as de Curso e formando/as dos CP de Restauração, PCQA, Organização de Eventos, Vídeo e CMRPP

Calendarização:

- Durante o 2º período letivo

V - OUTROS PROJETOS

1. PROJETOS – PROGRAMAS DE INICIATIVA COMUNITÁRIA

1.1. Europeer - RVC (2014-2016)

O Projeto Europeer- RVC iniciado em 2014 terá a sua continuidade ao longo do ano de 2015. Este Projeto surge na sequência do trabalho desenvolvido no âmbito do programa Leonardo da Vinci- Transferência de Inovação" onde se testou a metodologia "Peer Review" nas diversas áreas da Educação/Formação.

Este projeto onde a Fundação Alentejo é parceira, conjuntamente com outras instituições de formação/educação portuguesas e europeias, surge na sequência do anterior projeto de testagem desta metodologia de avaliação da qualidade no que concerne à Educação de Adultos.

As áreas onde a referida metodologia foi aplicada centraram-se nas áreas de Orientação e Diagnóstico, na terminologia adotada pelos parceiros, " Guidance and Counselling".

O trabalho centrou-se na avaliação da qualidade nos antigos CNO - Centros Novas Oportunidades utilizando, pela primeira vez, o "Peer Review" nesta área da educação/formação.

A parceria europeia formada para desenvolver este trabalho foi agora alargada, com a nova candidatura, outras áreas da Educação/Formação de Adultos: o Reconhecimento, Validação e Reconhecimento de Competências.

Durante o ano de 2014 foi desenvolvido um trabalho de levantamento das melhores práticas existentes a nível europeu nesta área, bem como, a criação de um manual e respetiva "tool box", com vista a procedermos ao processo de teste das ferramentas e da metodologia "Peer Review", a nível europeu.

A Fundação Alentejo terá como responsabilidade a organização e acompanhamento deste processo em Portugal, onde lidera o "pacote de trabalho 4". Este trabalho implicará o acompanhamento junto dos parceiros que serão objeto do processo de avaliação usando a metodologia em causa.

Como produtos finais deste Projeto realçamos os seguintes:

- Relatório sobre o "estado da arte" no que diz respeito aos sistemas de qualidade no RVC na Europa;
- Manual de avaliação- RVC;
- Construção de uma "tool box", que ficará disponível para ser utilizada pelas instituições que assim o desejem;
- Base de dados de "Peers" europeus;
- Programa de formação de peers".

1.2. Candidatura Erasmus +

À semelhança do que aconteceu em 2014 com o desenvolvimento do Projeto INTERPROF do Programa Leonardo Da Vinci – Mobilidade que proporcionou experiências de trabalho em 2 países europeus (Chipre e Itália) a 18 alunos dos cursos de Hotelaria e da área de Multimédia/Vídeo a Fundação Alentejo, tem prevista nova apresentação de candidaturas ao Programa ERASMUS +.

A concretização desta ação no âmbito do programa Erasmus + insere-se na estratégia da FA de manter a sua matriz fundadora, a ligação com a dimensão europeia, para além, de considerar essencial, a possibilidade de os nossos formandos poderem experienciar dinâmicas de trabalho e aprendizagem em contextos empresariais europeus.

Para além das aprendizagens realizadas em contexto de trabalho, realçamos que estes projetos permitem o desenvolvimento de "soft skills", competências cada vez mais valorizadas pelos empregadores face às transformações porque passa o sistema de emprego a nível nacional e europeu.

Desta atividade esperamos que surjam novas mobilidades e novos parceiros europeus com vista alcançar as bases para outras parcerias no âmbito dos programas europeus ao dispor da formação/educação.

A profunda remodelação que os programas europeus sofreram no que diz respeito às áreas da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade de jovens em formação, entre outros, para além dos evidentes ganhos para a instituição no que diz respeito à prossecução dos seus fins na área da educação/formação que a participação nos consórcios europeus na área da transferência de inovação e na área da mobilidade apontam para que sejam realizadas novas candidaturas.

É assim intenção da FA de promover a criação de consórcios europeus e parcerias europeias no âmbito do Erasmus + desenvolvendo as diligências necessárias para este efeito. Vimos com especial interesse a criação de "Skills Alliances" com vista a aprofundarmos a relação entre a Escola e o mundo das empresas."

A finalidade do Projeto visa o enriquecimento de competências e de conhecimentos que reforcem a transição para a vida ativa destes jovens profissionais. As competências desenvolvidas com este Projeto, através do contacto com contextos diferenciados em termos culturais e linguísticos, bem como, o conhecimento de outras realidades culturais e laborais, será uma mais-valia no percurso formativo e na transição para a vida ativa destes jovens.

O Projeto assume a importância, do ponto de vista formativo, do contacto com o "diferente" e o reconhecimento das práticas comuns aos perfis profissionais em causa.

Os objetivos visados pelo presente Projeto pretendem também o desenvolvimento de atitudes de tolerância e de reconhecimento das diferenças culturais que enriquecem o ideal europeu.

Orçamento



V - ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015

De acordo com o disposto na alínea b) do nº. 1 do artigo 13º dos Estatutos, a Presidente da Fundação Alentejo deverá elaborar um plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte, o qual será aprovado pelo Conselho de Administração nos termos do disposto na alínea a) do nº. 2 do artigo 15º dos Estatutos.

Por outro lado, nos termos do disposto na alínea a) do nº. 2 do artigo 18º. dos Estatutos, compete ao Conselho Geral dar parecer sobre o orçamento e o plano de atividades da Fundação Alentejo para o ano seguinte, nomeadamente quanto às suas linhas orientadoras e estratégia definida.

Também, nos termos do disposto na alínea g) do nº. 1 do artigo 20º. compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre o orçamento e o plano de atividades para o ano de 2015.

RENDIMENTOS

O total dos rendimentos previstos para o ano de 2015 é de 5.007.870 euros distribuídos pelas rúbricas constantes do quadro seguinte:

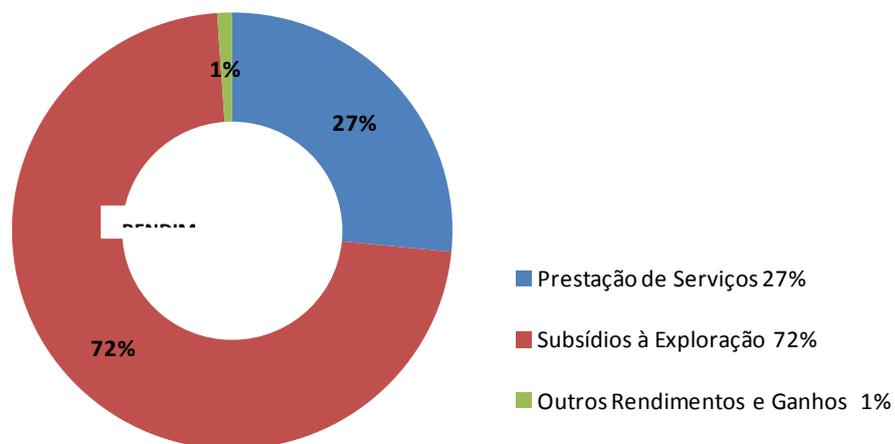
Quadro 10 – Rendimentos

(em euros)			
RENDIMENTOS	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015	Desvio
Prestação de Serviços	873.046	1.328.980	52%
Subsídios à Exploração	4.124.385	3.624.070	-4%
Outros Rendimentos e Ganhos	109.361	54.820	-68%
TOTAL	5.106.792	5.007.870	-1,9%

Fonte: DSCT – nov.2014

Os rendimentos anuais previstos decorrentes de toda a atividade das várias valências da Fundação Alentejo, cuja repartição pode ser verificada no gráfico abaixo, têm em consideração os apoios já contratualizados para funcionamento de projetos no âmbito do POPH-Programa Operacional Potencial Humano, nomeadamente, Medida 1.2-Cursos Profissionais, projetado até final do ano, Vida Ativa do IEFP, Cursos Vocacionais, Colégio da Fundação Alentejo e serviços prestados pela Fundação Alentejo no cumprimento da sua missão.

Gráfico 15 - Rendimentos



Fonte: DSCT – nov.2014

Apresenta-se nesta página o quadro comparativo das rubricas de rendimentos do orçamento para 2014 e a proposta de orçamento para 2015, sendo a rubrica mais significativa a relativa aos “Subsídios à Exploração” correspondendo a 72% do total.

Quadro 11 – Rendimentos 2014/2015

RENDIMENTOS	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015	Desvio
Prestação de Serviços	873.046	1.328.980	52%
Atividade Principal	288.658	293.590	2%
Diversos	27.098	17.240	-36%
Atividades Extra-Curriculares	261.560	276.350	6%
Colégio Fundação Alentejo	542.625	499.810	-8%
Inscrições	29.250	23.100	-21%
Mensalidades	489.500	469.960	-4%
Diversos	23.875	6.750	-72%
Serviços Secundários	41.763	535.580	1182%
Receitas Bar Escola/Vauban	31.563	28.380	-10%
Receitas Diversas	10.200	507.200	4873%
Subsídios à Exploração	4.124.385	3.624.070	-12%
I.E.F.P.	80.722	250.000	210%
Fundo Social Europeu	3.271.373	2.663.350	-19%
Ministério da Segurança Social	592.991	493.770	-17%
Ministério da Educação	133.333	200.000	100%
Outras Entidades	45.966	16.950	-63%
Outros Rendimentos e Ganhos	109.361	54.820	-50%
Venda de Energia	21.495	10.400	-52%
Outros Rendimentos Suplementares	7.080	7.080	0%
Subsídios p/ Investimento	63.933	36.250	-43%
Outros não Especificados	16.853	1.090	-94%
TOTAL	5.106.792	5.007.870	-2%

Fonte: DSCT – nov.2014

A redução que se verifica nas verbas orçamentadas para o exercício de 2015 fica a dever-se ao término do projeto das Unidades de Formação Contínua e à quebra de receitas provenientes da crise que o País atravessa e à qual a atividade da Fundação Alentejo não deixa de se ressentir.

GASTOS

De acordo com os princípios da prudência e da consistência, os gastos foram orçamentados com base nos valores reais ocorridos até outubro, projetados até ao final do ano, numa perspetiva de continuidade das políticas de gestão que têm pautado a atividade da Fundação Alentejo, distribuídos pelas rubricas constantes nos quadros seguintes:

Quadro 12 – Gastos

(em euros)

GASTOS	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015	Desvio
Custo M. V. e Matérias Consumidas	107.176	93.490	-13%
Fornecimentos e Serviços Externos	699.460	909.180	30%
Gastos com o Pessoal	2.442.645	2.546.890	4%
Gastos de Depreciações e Amortizações	319.627	277.690	-13%
Outros Gastos e Perdas	1.389.128	1.010.980	-27%
Gastos e Perdas de Financiamento	148.756	169.640	14%
TOTAL	5.106.792	5.007.870	-2%

Fonte: DSCT – nov.2014

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Quadro 13 – Custo das Mercadorias e Matérias-primas

(em euros)

CMVMC	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015	Desvio
Mercadorias	20.296	23.780	17%
Matérias Primas Consumidas	86.880	69.710	-20%
TOTAL	107.176	93.490	-13%

Fonte: DSCT – nov.2014

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Quadro 14 – Fornecimentos e Serviços externos

(em euros)

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015	Desvio
Serviços Especializados	389.416	542.400	39%
Trabalhos Especializados	151.202	138.270	-9%
Publicidade e Propaganda	15.278	37.100	143%
Vigilância e Segurança	86.593	78.760	-9%
Honorários	95.032	253.910	167%
Conservação e Reparação	39.824	30.700	-23%
Serviços Bancários	1.487	3.660	146%
Materiais	22.702	14.950	-34%
Ferramentas e Utensílios	15.300	4.710	-69%
Material de Escritório	7.130	6.870	-4%
Artigos para oferta	272	3.370	1139%
Energia e Fluidos	102.651	85.750	-16%
Eletricidade	90.211	75.530	-16%
Combustíveis	6.499	5.440	-16%
Água	2.596	2.030	-22%
Outros fluidos	3.345	2.750	-18%
Deslocações, Estadas e Transportes	11.517	52.320	354%
Deslocações e Estadas	11.346	50.100	342%
Transporte de Mercadorias	171	2.220	1198%
Serviços Diversos	173.174	213.760	23%
Rendas e Alugueres	67.230	72.250	7%
Comunicação	38.929	36.880	-5%
Seguros	10.852	15.890	46%
Contencioso e Notariado	984	390	-60%
Despesas de Representação	1.296	630	-51%
Limpeza, higiene e Conforto	34.873	27.160	-22%
Outros Fornecimentos e Serviços	19.010	60.560	219%
TOTAL	699.460	909.180	30%

Fonte: DSCT – nov.2014

GASTOS COM O PESSOAL

Quadro 15 – Gastos com o pessoal

(em euros)

GASTOS COM O PESSOAL	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015	Desvio
Remunerações dos Órgãos Sociais	0	0	
Remunerações do Pessoal	1.948.071	1.847.838	-5%
Remunerações Pessoal Técnico	1.423.716	1.353.651	-5%
Remunerações Pessoal Administrativo	264.555	261.673	-1%
Remunerações Outro Pessoal	259.800	232.514	-11%
Encargos s/ Remunerações	417.543	413.870	-1%
Segurança Social	407.803	402.810	-1%
Seguro Acidentes Trabalho	9.740	11.060	14%
Outros Gastos com o Pessoal	77.031	285.182	270%
TOTAL	2.442.645	2.546.890	4%

Fonte: DSCT – nov.2014

OUTROS GASTOS

Quadro 16 – Outros Gastos

(em euros)

OUTROS GASTOS	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015	Desvio
Gastos de Depreciações e Amortizações	319.627	277.690	-13%
Ativos Fixos Tangíveis	319.627	277.690	-13%
Edifícios e Outras Construções	222.876	191.610	-14%
Equipamento Básico	55.255	40.270	-27%
Equipamento Transporte	14.175	14.180	0%
Equipamento Administrativo	6.869	13.600	98%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	20.452	18.030	-12%
Outros Gastos e Perdas	1.389.128	1.010.980	-27%
Impostos	1.429	5.240	-15%
Impostos Diretos	182	450	-12%
Impostos Indiretos	1.247	4.790	-15%
Donativos	0	0	0%
Quotizações	3.535	3.780	7%
Gastos com Formandos	1.374.196	993.480	-28%
Bolsas de Formação	65.023	18.630	-71%
Subsidio de Refeição	796.713	570.310	-28%
Subsidio de Transporte	332.598	281.400	-15%
Subsidio de Alojamento	149.666	120.990	-19%
Subsidio de Acolhimento	0	0	0%
Outros Encargos	30.196	2.150	-93%
Outros não Especificados	9.968	8.480	-15%
Gastos e Perdas de Financiamento	148.755	169.640	14%
Juros Suportados	111.143	127.350	15%
Juros de Financiamentos Obtidos	107.518	123.900	15%
Outros Juros	3.625	3.450	-5%
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	37.612	42.290	12%
Relativos a Financiamentos Obtidos	34.503	28.840	-16%
Outros	3.109	13.450	333%

CONCLUSÃO

A proposta de orçamento para o ano de 2015, elaborada na sequência da gestão que tem pautado a atividade da Instituição, na procura da melhor utilização dos recursos postos à nossa disposição, apresenta-se de forma equilibrada, conforme se pode ver no mapa seguinte:

Quadro 17 – Demonstração de Resultados por natureza

(em euros)

Demonstração dos Resultados por Natureza - Previsional	2014	2015
Vendas e serviços prestados	873.046	1.328.980
Subsídios, doações e legados à exploração	4.124.385	3.624.070
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-107.176	-93.490
Fornecimentos e serviços externos	-699.460	-909.180
Gastos com o pessoal	-2.442.645	-2.546.890
Outros rendimentos e ganhos	109.361	54.820
Outros gastos e perdas	-1.389.128	-1.010.980
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	468.383	447.330
Gastos de depreciações e amortizações	-319.627	-277.690
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	148.756	169.640
Juros e gastos similares suportados	-148.756	-169.640
Resultado antes de impostos		

Fonte: DSCT – nov.2014

DEZEMBRO 2014

FUNDAÇÃO ALENTEJO

Avenida Dinis Miranda, nº 116 7005-140 Évora | Telf: 266 759 100 | Fax: 266743397

E-mail: geral@fundacao-alentejo.pt | www.fundacao-alentejo.pt